



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
CURSO DE INFANTARIA  
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**Autoridade Nacional de Protecção Civil e o Exército**

**Autor: Aspirante Aluno Infantaria Leonel Nogueira  
Orientador: Tenente-Coronel Infantaria Victor Cipriano**

**AMADORA, AGOSTO DE 2008**



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO  
CURSO DE INFANTARIA  
TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**Autoridade Nacional de Protecção Civil e o Exército**

**Autor: Aspirante Aluno Infantaria Leonel Nogueira  
Orientador: Tenente-Coronel Infantaria Victor Cipriano**

**AMADORA, AGOSTO DE 2008**

## **AGRADECIMENTOS**

Tendo este Trabalho de Investigação Aplicada um carácter puramente académico, houveram contributos sem os quais não seria possível a realização deste estudo. Assim sendo, expresso os meus sinceros agradecimentos:

Ao Sr. Tenente-Coronel Cipriano, cuja orientação foi muito importante pela forma como sugeriu e aconselhou o rumo deste estudo.

Ao Sr. Tenente-Coronel Gomes pela forma como me recebeu e pelas explicações que me forneceu no Comando Distrital de Operações e Socorro de Bragança.

Ao Sr. Major Narra, pela sua prestável colaboração neste trabalho. Agradeço-lhe a sua disposição e bondade, pois sei que usou os seus tempos livres para me ajudar. Muito lhe devo na execução deste estudo.

Ao Sr. Capitão Caracho, pela manancial de informação que me forneceu, juntamente com os esclarecimentos que foram surgindo ao longo deste estudo, assim como entrevista dada.

Ao Sr. Capitão Sousa, pela informação prestada assim como pela entrevista.

Ao Sr. Capitão Magrinho, pelos esclarecimentos prestados e também pela entrevista.

Aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares, assim como aos funcionários da Biblioteca do Ministério da Defesa Militar pela cooperação dada.

À minha prima Marta e namorada Liliana, pois foram uma preciosa ajuda na leitura e no esclarecimento de algumas dúvidas.

Aos meus pais e irmãos pela compreensão que tiveram ao longo da realização deste estudo.

A todos que de uma forma geral contribuíram para a realização deste estudo.

# ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>I</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>II</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS .....</b>	<b>IV</b>
<b>ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>VI</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IX</b>
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução .....	1
1.2. Definição do Objectivo de Investigação.....	2
1.3. Importância do Estudo .....	2
1.4. Metodologia .....	3
1.5. Definição dos Conceitos.....	4
1.6. Organização e Conteúdo .....	5
<b>CAPÍTULO 2 - PROTECÇÃO CIVIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E O SEU ENQUADRAMENTO LEGAL .....</b>	<b>6</b>
2.1. Evolução Histórica .....	6
2.2. Enquadramento da legislação .....	8
<b>CAPÍTULO 3: MISSÕES EM QUE O EXÉRCITO TEM PARTICIPADO NO ÂMBITO DA COLABORAÇÃO COM A PROTECÇÃO CIVIL.....</b>	<b>11</b>
3.1. As formas de colaboração previstas na lei .....	11
3.2. Abordagem aos três Planos .....	12
3.3. Análise dos dados estatísticos referentes aos últimos três anos de participação de forças do Exército .....	14
3.4. Selecção dos mais importantes.....	18

<b>CAPÍTULO 4: OS MEIOS EXISTENTES UTILIZADOS E A SUA DISTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM A SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....</b>	<b>19</b>
4.1. Tipos de meios que as unidades possuem.....	20
4.2. Relação entre a localização geográfica das unidades com a implantação florestal .....	23
<b>CAPÍTULO 5: FORMAÇÃO, INSTRUÇÃO E TREINO DADA AOS MILITARES DO EXÉRCITO NO ÂMBITO DA PROTECÇÃO CIVIL.....</b>	<b>26</b>
5.1. Análise dos currícula do Comando Instrução e Doutrina .....	26
5.2. Análise dos currícula da Academia.....	27
<b>CAPÍTULO 6: FORMAS DE AUTORIZAÇÃO DE COLABORAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
6.1. Solicitação de colaboração de acordo com os Planos Lira e Aluvião .....	30
6.2. Solicitação de colaboração em caso de urgência .....	34
<b>CAPÍTULO 7: CONCLUSÕES/PROPOSTAS .....</b>	<b>35</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>38</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participações do Exército na Plano Lira em 2005 .....	14
Gráfico 2 – Participação do Exército no Plano Vulcano em 2005.....	15
Gráfico 3 - Participações de Exército no Plano Lira em 2006 .....	15
Gráfico 4 – Participações do Exército na Plano Vulcano em 2006 .....	16
Gráfico 5 - Participações do Exército no Plano Lira em 2007 .....	17

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

- Anexo A – Intervenções do Exército no Plano Lira de 2005
- Anexo B – Intervenções do Exército no Plano Vulcano de 2005
- Anexo C – Intervenções do Exército no Plano Lira de 2006
- Anexo D – Intervenções do Exército no Plano Vulcano de 2006
- Anexo E – Intervenções do Exército no Plano Aluvião de 2006
- Anexo F – Intervenções do Exército no Plano Lira de 2007
- Anexo G – Intervenções do Exército no Plano Vulcano de 2007
- Anexo H – Intervenções do Exército no Plano Aluvião de 2007
- Anexo I – Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Caracho
- Anexo J – Relação dos meios mínimos a aprontar nas fases correspondentes aos níveis de alerta verde, azul, amarelo, laranja ao Plano de Operações Lira de 2008
- Anexo K – Relação dos meios mínimos a aprontar na fase correspondente aos níveis de alerta amarelo ao Plano de Operações Aluvião 2007
- Anexo L – Diferentes tipos de zonas num Teatro de Operações
- Anexo M – Entrevista concedida pelo Sr. Major Narra
- Anexo N – Quadro das equipas distribuídas pelo País de acordo com o Plano Vulcano
- Anexo O – Carta de Ocupação do Solo nas suas diferentes áreas
- Anexo P – Entrevista Concedida pelo Sr. Capitão Magrinho
- Anexo Q – Responsabilidade de apoio da área das U/E/O do Exército
- Anexo R – Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Sousa
- Anexo S – Solicitação de colaboração de acordo com o apoio programado
- Anexo T – Solicitação de apoio em caso de manifesta urgência

## **ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

AM – Academia Militar

ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil

CCO – Centros de Coordenação Operacional

CCOD – Centro de Coordenação Operacional Distrital

CCON – Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM – Conceito Estratégico Militar

CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército

CEMFA – Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas

CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

CID – Comando de Instrução e Doutrina

CNOS – Comando Nacional de Operações e Socorro

CO – Comando Operacional

COC – Centro de Operações Conjunto

COEPC - Centro Operacional de Emergência de Protecção Civil

DCI – Defesa Contra Incêndios

DCT – Defesa Civil do Território

DGRF – Direcção Geral de Recursos Florestais

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EPA – Escola Prática de Artilharia

FA – Forças Armadas

GNR – Guarda Nacional Republicana

MDN – Ministério de Defesa Nacional

OCAD – Órgãos Centrais de Administração e Direcção



PA – Protecção Ambiental

PC – Protecção Civil

SEDFCI – Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

SNPC – Serviço Nacional de Protecção Civil

TO – Teatro de Operações

UCHSIF - Unidade Compacta Hidráulica para Supressão de Incêndios Florestais

BrigMec – Brigada Mecanizada

BrigRR – Brigada de Reacção Rápida

## RESUMO

Com este trabalho de investigação aplicada, designado “Autoridade Nacional de Protecção Civil e o Exército”, pretendo avaliar as condições de que o Exército dispõe para prestar auxílio nas missões de interesse público. Por forma a explicar o disposto anteriormente, o trabalho encontra-se dividido em três amplas áreas.

Numa primeira parte, farei uma abordagem relativa à evolução célere da Protecção Civil no pós 25 de Abril. Esta é passível de ser constatada, através da evolução da legislação, que acompanhou o aperfeiçoamento da política ambiental, levando em consideração a alteração das condições climáticas.

Numa segunda fase, irei realizar uma análise representativa do ano de 2005 a 2007, por forma a ter a noção do tipo de acções que o Exército executou, segundo as formas expressas de colaboração descritas na Lei, e quais foram também, as de maior relevo neste contexto.

Por fim, faço uma análise aos Planos Lira e Aluvião, abordando o Plano Vulcano em termos comparativos com o Lira. Identifiquei que os meios empregues são suficientes para suprir as necessidades existentes e que a área de actuação das unidades não é a mais adequada, tendo em conta a implantação florestal do nosso país. No âmbito da formação dada aos militares que participam nestas missões, apurei que esta não é administrada a nenhuma classe. Quanto ao apoio programado, o Exército, detém sempre o comando e o controlo das suas forças.

Constata-se assim, que o Exército possui condições para participar neste tipo de missões, servindo estas como meio de aproximação entre a população civil e o Exército, mostrando a disponibilidade de acção deste como um meio de protecção. Concluí conformemente, que uma aposta na formação desta força militar, permitiria otimizar de forma eficaz o emprego da mesma.

**Palavras-chave:** Protecção Civil, Exército, Meios, Formação, Solicitação de Colaboração

## ABSTRACT

By means of this paper of applied research, entitled “National Civil Protection Authority and the Army”, I intend to assess the conditions that the Army possesses to collaborate in the ambit of aid missions of public interest. In order to explain the provisions above, the work is divided into three broad areas.

The first part, consists of an approach regarding the turning point and the evolution that the National Civil Protection Authority (NCPA) endured after the Revolution of 1974. This is verifiable through the evolution of the legislation, supported by the enhancement of the Environmental Policy, which has take into account the climate changes.

On a second phase, I will make a representative analysis from the years 2005 to 2007, in order to be acquainted with the type of actions the Army carried out, accordingly to the forms of cooperation described on the legislation, and which were the ones where the Army participated the most.

On the final part of the paper, I will make an analysis of the Lira and Aluvião Plans, and in parallel I will also approach the Vulcano Plan in comparison with the Lira Plan. The means used by the Army on those situations are adequate. However, regarding the field of action in which they, it isn't suitable given the forest deployment of our country. In terms of the training that should be given to the soldiers in order to participate in this kind of missions, it's stated that it isn't given to any of the Army divisions. Regarding the programmed support, the Army still possesses the command and control over its troops.

After making a profound study over the issues stated above, I concluded that the Army possesses all the necessary conditions to participate in missions related to the field of the NCPA. This is a vital element of cohesion between the population and the Army Forces, because this allows them to demonstrate what they can do for the general population has a means of protection. Never forgetting that for this to be possible, it's imperative to train the military forces, in order to optimize their use in those kinds of situations.

**Keywords:** Civil Protection, Army, Means, Training, Request for collaboration

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

### **1.1. Introdução**

As sociedades modernas desenvolvidas procuram proporcionar aos seus cidadãos níveis crescentes de prosperidade e bem-estar, mas resultante desta evolução somos submetidos a riscos acrescidos derivados do aumento da dependência da alta tecnologia, da crescente necessidade de recursos energéticos, do grande desenvolvimento industrial e da imparável concentração urbana a que temos assistido nos últimos tempos. Por tudo isto, a realidade é que cada vez mais, as populações são afectadas pelas catástrofes naturais e tecnológicas, que acontecem em todo o mundo, assim como pela falta de medidas que poderiam minimizar essas mesmas catástrofes.<sup>1</sup>

Para dar resposta a situações de catástrofe e calamidade, devidas aos acidentes naturais e tecnológicos, houve a necessidade de se criarem estruturas capazes de minimizar e atenuar o sofrimento das populações. Surgem as missões de interesse público que decorrem da criação do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), hoje denominado por Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). Este organismo é recente, pois foi criado pelo Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, e, em conjunto com outros elementos do sistema de protecção civil (PC), designadamente o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), Decreto-Lei n.º 134/2006 de 25 de Julho, tem vindo a evoluir de modo que haja uma maior coordenação entre os diferentes agentes de protecção civil (PC), dos quais as Forças Armadas (FA) fazem parte. A ANPC tem como objectivo atenuar os efeitos protegendo e socorrendo as pessoas e bens quando essas situações ocorram, maximizando as valências prestadas pelos diferentes agentes.

Estas missões de interesse público inserem-se numa nova postura das FA, pretendendo-se que estas alcancem um maior destaque dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a PC, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> MARTINS, J. - Protecção Civil, p.26

<sup>2</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, p.2

## **1.2. Definição do Objectivo de Investigação**

Perante o tema proposto “A Autoridade Nacional de Protecção Civil e o Exército”, pretende-se reportar as missões que o Exército participa, através dos seus Planos de intervenção e perceber se o Exército tem capacidade de participar nesse tipo de missões com os seus meios e com a formação que é dada aos seus militares. Pretende-se enquadrar o sistema de comando e controlo, explicando a coordenação que existe entre a ANPC e o Exército.

## **1.3. Importância do Estudo**

A principal missão das FA é a Defesa da República. Para além desta, também participa em missões de interesse público. O Exército, como parte integrante das FA, neste tipo de missões, deverá prestar uma resposta, não só com uma elevada qualidade, como também rápida e eficaz. Nestas missões torna-se necessário que exista uma grande coordenação. Essa coordenação é procurada atingir-se através do sistema de comando e controlo em que todos os agentes de PC, de forma sensata consigam dar uma resposta eficaz, em que a qualidade e flexibilidade sejam as grandes linhas mestres.

Com o final da guerra colonial, as questões de PC passaram a ter uma “atenção” mais efectiva, não sendo de estranhar que a evolução pós o 25 de Abril se tenha processado de uma forma mais célere. Daí se depreende que essas questões são “problema” da actualidade e que, devido à evolução da sociedade e o aumento das necessidades modernas, tendam provocar um desequilíbrio ambiental que tornou, por um lado, num aumento do número e gravidade das catástrofes naturais que se vêm tornando cada vez mais perceptíveis e, por outro lado, faz aumentar a pressão sobre os órgãos políticos decisores, em virtude do surgimento de uma nova consciência colectiva, no sentido de se encontrarem cada vez melhores respostas para fazer face a essas catástrofes, tanto mais importante quanto o facto de serem susceptíveis de atingir a vida humana.

Este tipo de missões também são importantes para a visibilidade do Exército, na mesma linha dos outros Ramos das FA. Tem-se dessa forma, de diminuir a imagem negativa que a sociedade tem, colocando ao serviço do país os seus meios humanos e materiais.

#### **1.4. Metodologia**

O percurso metodológico seguido para a realização deste trabalho iniciou-se através de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em estudo. Em seguida, foi definida a questão central que guiou esta investigação: “Estará o Exército preparado para colaborar nas missões da Protecção Civil, de acordo com o apoio programado?”.

As questões derivadas que foram levantadas tendo em vista uma resposta à questão central foram as seguintes:

- Quais as missões que têm sido mais desempenhadas pelo Exército na colaboração com a PC?

- Será que os meios existentes são suficientes?

- Será que a área de actuação está de acordo com a implantação florestal?

- Que tipo de formação, instrução e treino é dada aos militares do Exército no âmbito da PC?

- Será o comando e controlo da PC o mais adequado?

As hipóteses orientadoras em estudo que foram levantadas foram as seguintes:

- As missões que tem sido mais desempenhadas pelo Exército são as acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo, assim como as acções de engenharia na reabilitação de infra-estruturas.

- Os meios para o rescaldo não são os suficientes, assim como os de transmissões. Por outro lado, os meios de engenharia são os mais apropriados para o tipo de missões que lhes é dado a desempenhar.

- A área de actuação não é a mais adequada, pois as unidades não se encontram dispersas pelo país de uma forma proporcional.

- O tipo de formação, instrução e treino é manifestamente insuficiente, para o tipo de solicitação que é feito.

- A autorização de actuação é a mais adequada, quer para o apoio programado , quer para o apoio não programado, pois o Exército detém sempre o comando e o controlo das forças que estão no terreno.

## 1.5. Definição dos Conceitos

Entende-se definir, um conjunto de conceitos que far-se-á referência ao longo do trabalho. Por uma questão de método, decide-se apresentar esses conceitos tendo em vista uma melhor compreensão por parte do leitor. Sendo assim são definidos os seguintes conceitos:

Interesse Público - interesse colectivo, sentido por toda a comunidade, que não pode ser satisfeito individualmente.<sup>3</sup>

Catástrofe - é o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional.<sup>4</sup>

Acidente grave - é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.<sup>5</sup>

Calamidade, segundo a antiga Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto, é um acontecimento ou uma série de acontecimentos graves, de origem natural ou tecnológica, com efeitos prolongados no tempo e no espaço, em regra previsíveis, susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e eventualmente vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas extensas do território nacional.<sup>6</sup> Contudo segundo a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, não vem definida no seu artigo 3.º, mas antes vem especificada no artigo 9.º como uma situação de calamidade, situação essa que visa adoptar medidas, no caso de uma catástrofe, de carácter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas, medidas essas que são tomadas a nível nacional pelo governo. Porém existem mais duas situações, a situação de alerta e de contingência. As medidas tomadas em situação de alerta são a nível municipal<sup>7</sup> e em situação de contingência são tomadas a nível distrital.<sup>8</sup>

---

<sup>3</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, p.4

<sup>4</sup> N.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>5</sup> N.º 1 do Artigo 4.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>6</sup> N.º 3 do Artigo 2.º da Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto

<sup>7</sup> N.º 1 do Artigo 9.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>8</sup> N.º 2 do Artigo 9.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

## **1.6. Organização e Conteúdo**

Este estudo está sequenciado de uma forma lógica, de acordo com a metodologia pretendia para o seu desenvolvimento, através de sete capítulos, dos quais dois pertencem à introdução e à conclusão/propostas.

Após a introdução, dedica-se um capítulo à evolução histórica no pós 25 de Abril e ao enquadramento do Exército de acordo com a legislação, neste tipo de missões, que vai desde a Lei Constitucional até às Missões Específicas do Exército.

No segundo capítulo, fez-se uma abordagem aos três Planos existentes dois directamente relacionados com a ANPC e um com a Direcção Geral de Recursos Florestais (DGRF) e uma análise às missões que o Exército é chamado a intervir.

No terceiro capítulo são abordados os meios que o Exército tem para intervir nas missões de interesse público.

No quarto capítulo fez-se uma análise para saber se os Oficiais e as Praças do Exército têm formação para executar este tipo de missões.

No quinto capítulo fez-se a análise genérica do sistema de comando e controlo do Exército com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e a ANPC, quer quando o apoio é prestado de uma forma programada, quer de uma forma não programada.



## **CAPÍTULO 2 - PROTECÇÃO CIVIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E O SEU ENQUADRAMENTO LEGAL**

### **2.1. Evolução Histórica**

Em 1974, a Defesa Civil do Território (DTC)<sup>9</sup>, deu lugar ao Sistema de Protecção Civil, que visava complementar a defesa militar em situações de guerra com o empenhamento primário das forças de segurança, visando assegurar, em permanência, a defesa no interior das fronteiras contra acções de terrorismo e de sabotagem desencadeadas por indivíduos ou por grupos susceptíveis de abalarem a estrutura institucional democrática. A extinção do DCT fomentou um processo de estruturação de um sistema criado de raiz, com acrescidas dificuldades pela perda total dos materiais, dos equipamentos e das formações existentes.<sup>10</sup>

Surgiu assim, a necessidade de se iniciarem acções conducentes a dotar o país de uma estrutura mínima que pudesse apoiar o governo em caso de eventual emergência. Para o efeito, foi criado o Decreto-Lei n.º 78/75, de 25 de Fevereiro, denominado SNPC, pelo que foi nomeada uma Comissão Instaladora para o seu arranque. No artigo 1.º deste documento constavam como objectivos “...preparar as medidas de protecção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos que impendem sobre a população civil nacional, causados por catástrofes naturais ou emergências imputáveis a guerra ou por tudo o que represente ameaça ou distribuição dos bens públicos, privados e recursos naturais repartidos pelo território nacional.”<sup>11</sup>

Como se tratou de uma tarefa complexa, foram desenvolvidas diversas acções que resultaram numa evolução lenta do sistema, devido a tendência das diversas organizações de tentarem abranger todo o universo das acções que eram desempenhadas no âmbito da PC, o que levou a uma progressiva anulação do funcionamento das estruturas de coordenação.<sup>12</sup>

Foi assim, que perante experiências vividas ou orientações do governo, a Comissão Instaladora foi adaptando progressivamente o sentido da estruturação do sistema, do que resultou uma legislação “a posteriori”, nomeadamente, a que criou, em 1979, um Centro Operacional de Emergência de Protecção Civil (COEPC), centros e gabinetes de

---

<sup>9</sup> Órgão Político que esteve ligado ao antigo regime e que foi substituído em Abril de 1974 que tinha como missão de limitar os riscos que impendem sobre a população civil e reduzir os danos causados aos recursos materiais e bens de toda a natureza repartidos pelo território nacional que sejam divididos a catástrofes naturais ou emergências imputáveis à guerra.

<sup>10</sup> PAZ, C. – O Exército e a Segurança Interna, p.6 et NICOLAU, J. - Serviço Nacional Protecção Civil, p.4

<sup>11</sup> LARANJEIRA, J. - A Protecção Civil e a Defesa Nacional, p.103

<sup>12</sup> NICOLAU, J. - Serviço Nacional Protecção Civil, p.4

coordenação de PC. Seguidamente, foi publicado o Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de Outubro, que simultaneamente, prefigurou o Sistema de Protecção Civil e a Lei Orgânica do SNPC, definindo os seus princípios básicos.

Assim, a PC, segundo o Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de Outubro refere “...compreende um conjunto de medidas destinadas a proteger o cidadão como pessoa humana e a população no seu conjunto, de tudo o que represente o perigo para a sua vida, saúde, recursos, bens culturais e materiais, limitando os riscos e minimizando os prejuízos quando ocorram sinistros, catástrofes ou calamidades, incluindo as imputáveis a guerra”.

O COEPC era directamente dirigido pelo Primeiro-Ministro ou pelo Ministro a quem ele o delegasse. Tendo este órgão competência para solicitar às FA o apoio necessário para as acções desempenhadas pela PC. Para além deste órgão existia, igualmente, o Conselho Nacional de Protecção Civil, que era um órgão de consulta do Ministro responsável, e os Centros de Coordenação Distritais de Protecção Civil e Gabinetes de Coordenação de Protecção Civil, os quais eram dirigidos pelos Governadores Cívicos e elementos responsáveis pela PC a nível distrital, sendo que destes faziam parte, entre outros, elementos de ligação das FA.<sup>13</sup>

Nesta altura, um dos factores que se queria implementar era uma Lei de Bases da Protecção Civil, o que só veio a acontecer em 1991 com a Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto, Lei de Bases da Protecção Civil. Esta veio legislar a actividade desenvolvida pela PC como se encontra plasmada nos vários artigos que compõem. Contudo, nessa lei não se encontravam especificadas as condições de emprego das FA em situação de catástrofe bem como as entidades que podiam solicitar a sua colaboração. Possuía ainda mais uma lacuna e que tinha a ver com a inexistência da definição de quais eram as autoridades militares que podiam autorizar a participação de forças militares nas actividades da PC. Assim, surgiu o Decreto-Regulamentar n.º 18/93, de 28 de Junho, que veio regulamentar a participação das FA em operações de PC.

Com o evoluir das situações e da experiência que se foi adquirindo através de um interminável número de operações, foi aprovada a Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho, Lei de Bases da Protecção Civil, que revogou tanto a Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto como também o Decreto-Regulamentar n.º 18/93, de 28 de Julho.

Como linhas mestras deste novo diploma legislativo temos que procurar fazer um melhor emprego dos meios, uma melhoria do sistema de coordenação entre os agentes que cooperam nas acções da PC, assim como a coordenação que é dada pelas forças militares, quer a nível nacional, quer a nível distrital, através do SIOPS.

Esta Lei introduziu novos capítulos, como por exemplo, o capítulo VI referente às FA, que se encontravam descritas no Decreto-Regulamentar 18/93, de 28 de Junho, capítulo

---

<sup>13</sup> PAZ, Carlos Manuel de Sousa - O Exército e a Segurança Interna , p.10

esse que regulamenta todos os procedimentos a tomar junto do SNPC, que agora é designado por ANPC, potenciando assim o desempenho de todas as entidades e dos agentes da PC em operações de interesse público.

## **2.2. Enquadramento da legislação**

Actualmente, a preservação do Ambiente está a ganhar notoriedade na nossa sociedade e, como tal, por forma a fazer face a essas preocupações, a legislação está a ser adaptada, sucessivamente numa perspectiva mais restritiva, para que a promoção da protecção ambiental e uma melhoria da coordenação dos agentes da PC seja uma realidade, como resposta às missões de interesse público.<sup>14</sup>

Existe uma série de documentação, designadamente Leis, Decretos-Lei e a própria Constituição da República Portuguesa, onde é feita referência ao apoio das FA em missões de PC. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, compete às FA a missão primária de “defesa militar da República”<sup>15</sup>. Contudo, e sem o prejuízo desta, segundo o n.º 6 do artigo 275º da Constituição da República e reforçado pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas<sup>16</sup> define, no n.º 5 do seu artigo 9.º as FA podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de PC, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, no n.º 1 do artigo 2.º Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto que define a missão genérica das FA é de assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa. No entanto, para além da missão genérica, é referido no n.º 3 do mesmo artigo que as FA podem colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das qualidades de vida das populações, inclusivamente em situações de calamidade pública que não justifiquem a suspensão do exercício de direitos.

Também a Lei Orgânica do Exército, no n.º1 do artigo 1º, define que “o Exército tem por missão cooperar de forma integrada na defesa militar da República, através da realização de operações terrestres”, e no ponto 2, acrescenta que lhe “compete ainda satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos, bem como as missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas”.<sup>17</sup> O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que nos termos da Lei visa a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, em ordem a alcançar os objectivos

---

<sup>14</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, p.20

<sup>15</sup> N.º1 do Artigo 275.º da Constituição da República Portuguesa, p.177

<sup>16</sup> Lei n.º29/82, de 11 de Dezembro, Alterada pelas Lei n.º41/83, de 21 de Dezembro, Lei n.º111/91, de 29 de Agosto, Lei n.º113/91, de 29 de Agosto, Lei n.º18/95, de 13 de Julho, Lei Orgânica n.º3/99, de 18 de Setembro, Lei Orgânica n.º4/2001, de 30 de Agosto e Lei Orgânica n.º2/07, de 16 de Abril

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 61/06, de 21 de Março

da política de Defesa Nacional, apresenta, entre as missões das FA, a realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, concretizando para o seu desempenho a “capacidade de, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, realizar outras missões de interesse público, nomeadamente busca e salvamento, fiscalização da zona económica exclusiva, pesquisa dos recursos naturais e investigação nos domínios da Geografia, Cartografia, Hidrografia, Oceanografia e Ambiente Marinho, apoio à Protecção Civil, auxílio às populações em situação de catástrofe e, em colaboração com as autoridades competentes, contribuir para a protecção ambiental, defesa do património natural e prevenção dos incêndios”.<sup>18</sup>

O Conceito Estratégico Militar (CEM), que decorre do CEDN, insere-se na estratégia global do Estado, adoptada para a consecução dos objectivos da política de Defesa Nacional, desenvolvendo as orientações referentes à componente militar de defesa e definindo as missões atribuídas às FA e aos Ramos, estabelecendo que as forças terrestres devem assegurar “...o empenhamento nas missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar.”<sup>19</sup>

A partir do CEM aparecem as Missões Específicas das FA, descritas no seu conjunto e também específicas de cada um dos Ramos. Assim sendo, a missão específica para as FA consiste em: colaborar nas tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações, bem como exercer as funções que cabem às FA em caso de acidente grave, catástrofe e calamidade em articulação com o planeamento civil de emergência e com a PC. Inscrevem-se neste contexto, entre outras, as acções relacionadas com a protecção do ambiente, o combate à poluição marítima e a intervenção, prevenção e rescaldo em incêndios florestais, e garantir o serviço de busca e salvamento.<sup>20</sup>

O CEM define como as missões de interesse público para o Exército são as seguintes:

- “colaborar nas acções de protecção civil, designadamente no auxílio às populações, em situações de catástrofe, calamidade ou acidente;
- colaborar com as autoridades civis na satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações;
- colaborar com as autoridades competentes nas acções de protecção ambiental, defesa do património e na prevenção e apoio ao combate aos fogos florestais;

---

<sup>18</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro, p.8

<sup>19</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, pp.16-17

<sup>20</sup> Extractos do Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2007-2024) /Versão Intranet, 24 de Julho de 2007, p.7

- desenvolver e conduzir actividades de investigação e trabalhos no domínio da informação geográfica, contribuindo para a actualização do levantamento cartográfico nacional e prestação de outros serviços geográficos.”<sup>21</sup>

Relativamente ao SIOPS, o n.º1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho refere que este “...é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil, dos quais fazem parte as Forças Armadas, actuam no plano operacional, articuladamente sobre um plano único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional”.

A Lei n.º27/06, de 3 de Julho, no seu artigo 1.º, refere os objectivos da PC como “...a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”.

Quanto ao artigo 6.º do mesmo diploma, este refere os deveres gerais e especiais das FA. No n.º 2 os funcionários e agentes do Estado, como por exemplo as FA e das pessoas colectivas de direito público, assim como os órgãos de gestão das empresas públicas, têm o dever especial de colaboração com os organismos de PC. A violação deste dever especial implica, consoante os casos, segundo o que está expresso no artigo 5.º, a responsabilidade criminal e disciplinar do mesmo.

Por sua vez, o artigo 46.º descreve os agentes de PC, dos quais se podem destacar na alínea c) as FA, que comportam o Exército como um ramo das FA. O n.º 4 deste mesmo artigo diz que estes agentes e instituições se articulam operacionalmente nos termos do SIOPS.

O capítulo VI da mesma Lei, começa no artigo 52.º, que determina que as FA colaboram em funções de PC de acordo com as suas missões específicas. Fundamentalmente, neste capítulo, pretende-se fazer uma análise de alguns artigos que o compõem e que parecem mais indicados para conseguir dar resposta à questão central e às questões derivadas, entre os quais o artigo 54.º, que faz referência às formas de colaboração, pelo que se pretende saber em quais dessas formas de colaboração o Exército tem tido um maior número de solicitações. Com o artigo 55.º, pretende-se saber se os militares, para além do Plano Vulcano, têm algum tipo de formação, instrução e treino adicional para participar em acções de PC, com ou sem a colaboração da ANPC, de acordo com as missões que os planos Lira e Aluvião contemplam.

É possível verificar que existe uma série de legislação e conceitos estratégicos que focam a colaboração das FA em operações de PC.

---

<sup>21</sup> Extractos do Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2007-2024) /Versão Intranet, 24 de Julho de 2007, p.12

## **CAPÍTULO 3: MISSÕES EM QUE O EXÉRCITO TEM PARTICIPADO NO ÂMBITO DA COLABORAÇÃO COM A PROTECÇÃO CIVIL**

### **3.1. As formas de colaboração previstas na lei**

Face às exposições mediáticas que determinados salvamentos são susceptíveis de causar, designadamente os que são efectuados pela Marinha e Força Aérea, leva a que seja criada uma ideia errada de que este tipo de actuação está limitada a estes dois Ramos das FA. De referir que também o Exército pode ser chamado a este tipo de participação, como estipula a Lei de Bases da Protecção Civil, Lei n.º 27/2006, de 3 de Junho, que regulamenta o exercício de funções de PC pelas FA, explicitando a colaboração deste da seguinte forma:

- a) Acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios;
- b) Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes;
- c) Acções de busca e salvamento;
- d) Disponibilização de equipamentos e de apoio logístico para as operações;
- e) Reabilitação de infra-estruturas;
- f) Execução de reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos e prestação de apoio em comunicações.<sup>22</sup>

Como referido anteriormente, numa primeira análise podemos referir que existem missões que são mais do âmbito da Força Aérea e da Marinha, como por exemplo acções de busca e salvamento que se enquadram mais com as missões da Marinha, e os reconhecimentos aéreos que são efectuados pela Força Aérea. Esta análise advém do facto destes ramos já efectuarem este tipo de missões, designadamente no espaço marítimo há responsabilidade da República Portuguesa. Contudo o Exército pode ver forças suas empenhadas em missões desta natureza, naturalmente no espaço terrestre do território nacional ou internacional, caso seja definido pelo poder político essa colaboração, com base em acordos internacionais.

---

<sup>22</sup> Artigo n.º 54 da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

### **3.2. Abordagem aos três Planos**

Existem três Planos que integram o Exército em missões de interesse público e que são accionados à ordem. Estes Planos são: Lira, Aluvião e Vulcano.

Antes da análise de cada um destes Planos, ressalva-se que, em termos do tema proposto, apenas tem cabimento os Planos Lira e Aluvião, pois são aqueles que o Exército tem elaborados para colaboração com a ANPC. Analisar-se-á o Plano Vulcano apenas como um termo de comparação, uma vez que este Plano estabelece a colaboração com a DGRF.

#### **Plano Lira**

Relativamente ao Plano Lira, este prevê as acções de colaboração do Exército com a ANPC no sentido de evitar os riscos de ocorrência ou minimização dos efeitos de incêndios florestais. De acordo com a alínea a) deste Plano, referente às acções de colaboração do Exército na área da PC, referindo que a “Colaboração com as Corporações de Bombeiros em operações de rescaldo, de acordo com as Normas Técnicas em referência e de forma condicionada pelos meios disponíveis, pela missão operacional e pela avaliação dos riscos para o pessoal, decorrente da situação e preparação exigida, dependente da análise caso a caso a efectuar pelos diversos escalões de comando ou determinações superiores”. Quanto à alínea b), esta diz que o Exército pode prestar apoio logístico às corporações de Bombeiros, aos serviços florestais, serviços de PC e a outros elementos que estejam empenhados nas acções de combate a incêndios. De acordo com a alínea c) deste Plano, os meios de Emprego de Engenharia Militar são empregues em operações de rescaldo ou de combate indirecto a incêndios e defesa de aglomerados populacionais e, por fim, a alínea d) refere que o Exército coopera na reabilitação de infra-estruturas danificadas pelos incêndios.<sup>23</sup>

No entanto, este Plano é apenas para o emprego do Exército nos incêndios florestais. Os casos dos incêndios urbanos e industriais não são contemplados como passíveis de haver qualquer tipo de colaboração do Exército. Devido a este facto, depreende-se que o Exército não participa neste tipo de acções, que também podem ocorrer, e que são considerados como riscos devido a acidentes naturais ou tecnológicos e por consequência susceptíveis de uma intervenção na área da PC.

---

<sup>23</sup> Plano Lira (2008), p.6

### **Plano Aluvião**

O Plano Aluvião sistematiza as acções a desenvolver pelas diferentes Unidades, Estabelecimentos e órgãos da Força Operacional Permanente e da Estrutura Base do Exército em situações de cheias. O Exército considera que as acções de apoio referidas a este tipo de acontecimento se inserem nas áreas de interesse de toda a sociedade portuguesa, sendo, por consequência, importante minimizar os seus efeitos devastadores junto da população. As condições atmosféricas do nosso território, aliadas às condições geográficas e geológicas do território nacional, fazem com que continue a ser necessário o emprego dos meios do Exército para fazer face a situações de catástrofes.

Segundo o Plano, a colaboração e coordenação entre o Exército e a PC é realizada através de acções relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações. Neste âmbito, as acções que o Exército se compromete a desempenhar são as seguintes:

- Acções de busca e salvamento de pessoas e bens;
- Disponibilização de meios de transporte;
- Disponibilização de meios de transposição e de esgotamento de águas;
- Disponibilização de instalações para alojamento de emergência;
- Distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água;
- Reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde;
- Cooperação na manutenção de itinerários essenciais ao apoio às populações a socorrer;
- Cooperação na reabilitação de infra-estruturas danificadas pelas cheias.<sup>24</sup>

### **Plano Vulcano**

O Plano Vulcano, surge em 2004 sob a forma de um protocolo de colaboração entre o Exército e a DGRF (conforme referido anteriormente). Neste Plano, o Exército no ano de 2007 executou dois tipos de acções, que foram: a acção I, através da beneficiação de infra-estruturas, através da reparação de caminhos e limpeza de aceiros com o empenhamento dos meios de engenharia militar, na prevenção dos fogos e na acção II através da vigilância móvel, no combate ao fogo em primeira intervenção, executando dessa forma acções preventivas contra os incêndios florestais, tendo em vista uma acção rápida no momento em que os incêndios começam a deflagrar através da actuação de equipas de Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (SEDFCI), possuem formação dada pela DGRF para esse tipo de missões.<sup>25</sup> No decorrente ano o emprego dos meios do Exército no apoio à DGRF só se realiza para a acção II, com acréscimo do rescaldo e da

---

<sup>24</sup> Plano Aluvião (2007), p.5

<sup>25</sup> Plano Vulcano (2007), p.3

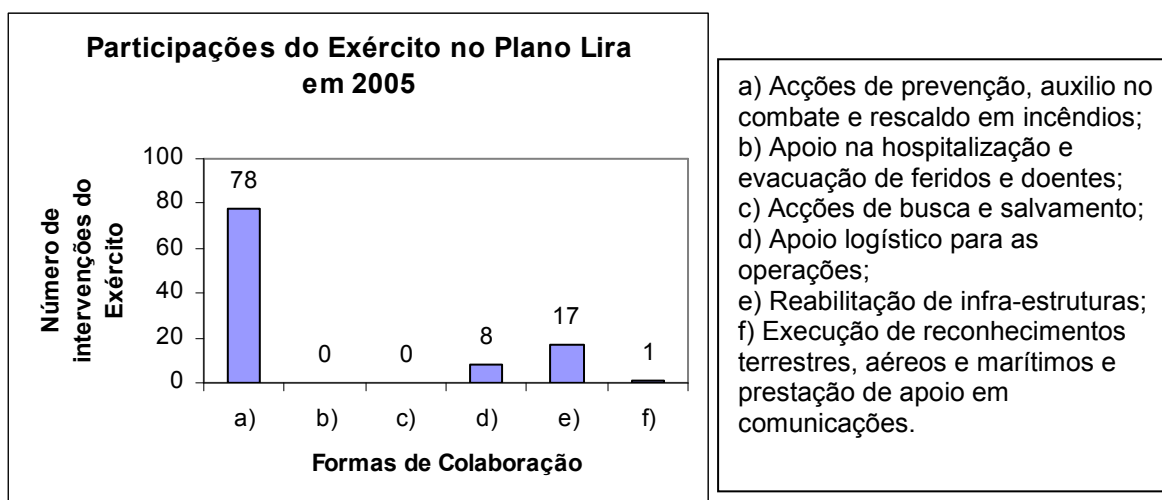


vigilância pós-incêndio. Estas acções são executadas em matas nacionais ou perímetros florestais.<sup>26</sup> No entanto, Plano Vulcano prevê a execução de missões no âmbito da PC onde se enquadram as da alínea a) que são, acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios das formas de colaboração previstas na Lei 27/2006 de 3 de Julho.

### 3.3. Análise dos dados estatísticos referentes aos últimos três anos de participação de forças do Exército

A análise que se efectuará é com base nos dados referentes aos anos de 2005, 2006 e 2007. Os dados relativos ao ano 2007 não são suficientemente esclarecedores, pois este foi um ano invulgar para os incêndios florestais, em virtudes das condições atmosféricas favoráveis que se fizeram sentir, isto é, o Verão apresentou-se mais chuvoso que o habitual, o que teve como resultado a ocorrência de menos incêndios. Já o Inverno foi mais seco, o que teve como consequência a inexistência de ocorrência de cheias.

#### Participação do Exército no ano de 2005

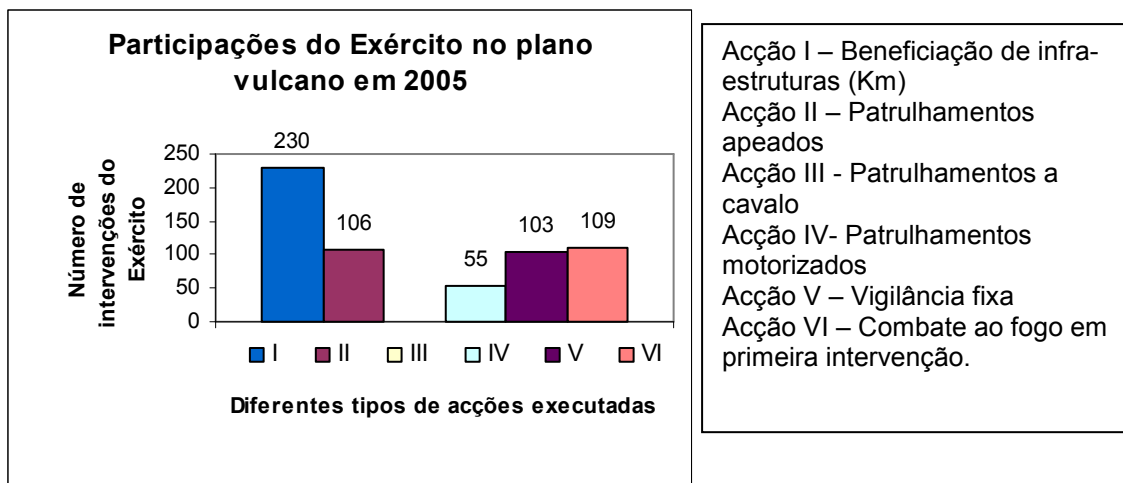


**Gráfico 1 - Participações do Exército na Plano Lira em 2005**

Como se pode verificar no ano de 2005, o Exército participou em diversas missões no âmbito do Plano Lira, como está descrito no controlo de apoios do Comando Operacional (CO)<sup>27</sup> que se encontra representado no gráfico anterior. Da análise do gráfico 1, é possível verificar que as participações do Exército, são maioritariamente, acções de rescaldo e a reabilitação de infra-estruturas.

<sup>26</sup> Plano Vulcano (2008), p.3

<sup>27</sup> Controlo de apoios, Lira 2005 - Anexo A



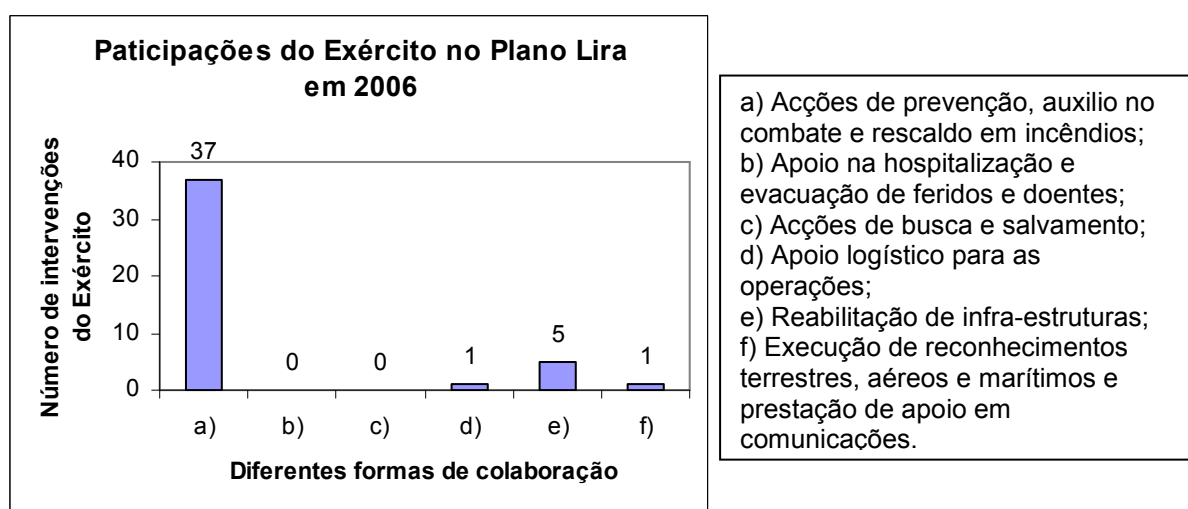
**Gráfico 2 – Participação do Exército no Plano Vulcano em 2005**

No gráfico 2 é possível verificar as acções que o Exército executou em 2005, sob a égide do Plano Vulcano. As acções desse ano foram um pouco diferentes das que são realizadas actualmente, uma vez que o tipo de patrulhamento em 2005 previa a vertente a cavalo, motorizados ou a pé. Para além destes patrulhamentos, existiam igualmente postos de vigilância fixos e de combate ao fogo em primeira intervenção, assim como existia também a beneficiação de infra-estruturas.<sup>28</sup>

Actualmente, e de acordo com este Plano, só existem os patrulhamentos móveis e motorizados.

No ano de 2005, e tendo por base as informações recolhidas junto do CO, não foram recebidos pedidos de participação em operações no âmbito do Plano Aluvião.

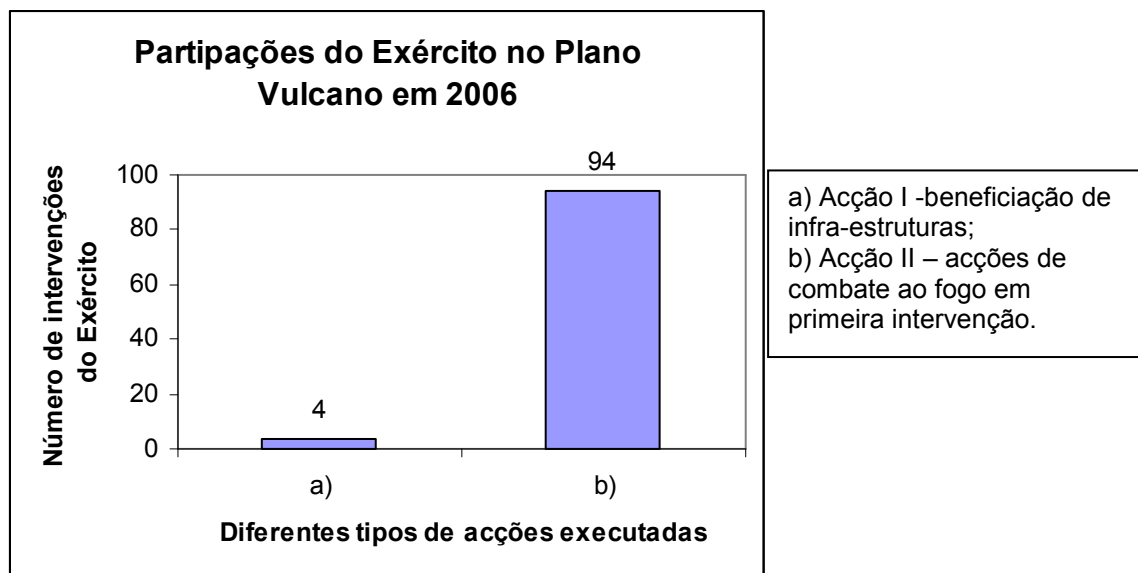
### Participação do Exército no ano de 2006



**Gráfico 3 - Participações de Exército no Plano Lira em 2006**

<sup>28</sup> Controlo de apoios, Vulcano 2005 - Anexo B

É possível inferir nos resultados da análise do gráfico 3, que apresenta uma grande semelhança, quando comparado com o gráfico do ano de 2005. É ainda possível verificar a existência de uma incidência em operações de rescaldo e de reabilitação de infra-estruturas, como a de maior participação do Exército.<sup>29</sup>



**Gráfico 4 – Participações do Exército na Plano Vulcano em 2006**

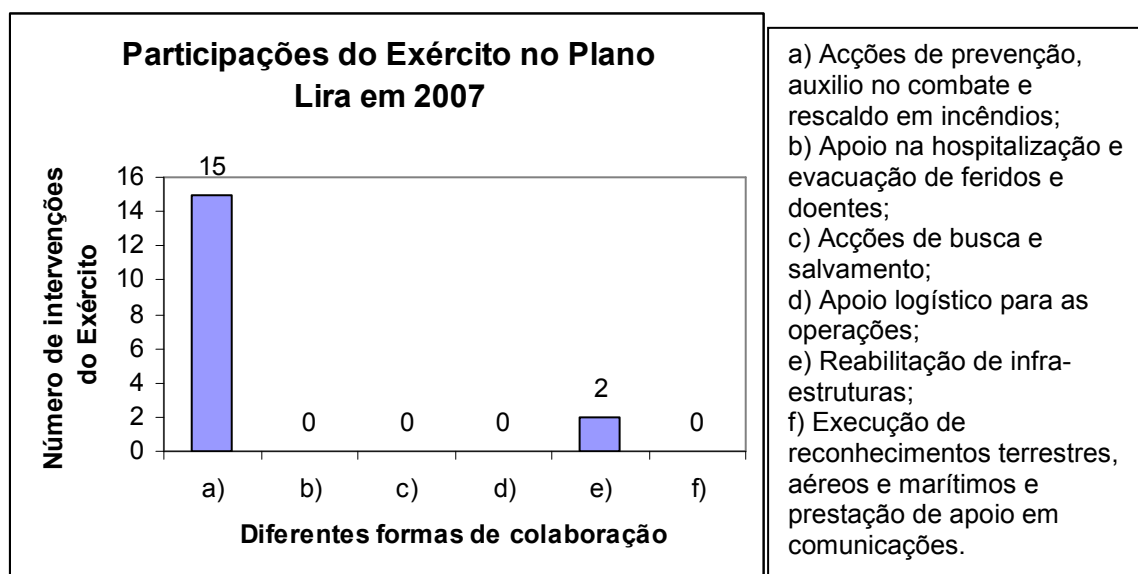
No ano de 2006, o Exército, no cumprimento do disposto no Plano Vulcano participou, de acordo com o novo modelo, em acções relativas à beneficiação de infra-estruturas (acção I) e acções de combate ao fogo em primeira intervenção, resultantes da acção II.<sup>30</sup>

No ano de 2006 o Exército participou no Plano Aluvião,<sup>31</sup> mas esse quadro/resumo das varias intervenções está um pouco incompleto, pois apenas comporta os meios usados, faltando-lhe o tipo de missão que executaram. Por isso não foi utilizado no corpo do trabalho, contudo segue em anexo.

<sup>29</sup> Controlo de apoios, Lira 2006 - Anexo C

<sup>30</sup> Controlo de apoios, Vulcano 2006 - Anexo D

<sup>31</sup> Controlo de apoios, Aluvião 2006 – Anexo E



**Gráfico 5 - Participações do Exército no Plano Lira em 2007**

No ano de 2007, e face às condições atmosféricas existentes nesse ano, teve menos solicitações, nas acções de prevenção, auxílio no combate, rescaldo em incêndios e reabilitação de infra-estruturas, todos no âmbito do Plano Lira.<sup>32</sup>

Em termos do Plano Vulcano, o Exército participou em 163 primeiras intervenções, sendo que estas intervenções se enquadram somente em acções de prevenção, vigilância e no combate aos incêndios.<sup>33</sup>

Os pedidos efectuados ao CO no âmbito do Plano Aluvião foram somente dois. Um relativo à reabilitação de infra-estruturas e o segundo, relativo à disponibilização de equipamentos.<sup>34</sup>

Até ao dia 3 de Agosto do presente ano não foi feito qualquer pedido relativamente ao Plano Lira.<sup>35</sup>

<sup>32</sup> Controlo de apoios, Lira 2007 - Anexo F

<sup>33</sup> Controlo de apoios, Vulcano 2007 - Anexo G

<sup>34</sup> Controlo de apoios, Aluvião 2007 - Anexo H

<sup>35</sup> Segundo informações dadas pelo Comando Operacional

### **3.4. Selecção dos mais importantes**

Como se pode constatar da análise dos gráficos, as acções com maior participação por parte do Exército no apoio à PC, no âmbito do Plano Lira, foram as acções de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios e reabilitação de infra-estruturas.

Apesar do Plano Aluvião não ser accionado com a frequência que é o Plano Lira, é possível verificar que as participações que se executam têm a ver com a reabilitação de infra-estruturas e o apoio logístico na disponibilização de instalações para alojamento de emergência.

Pode-se verificar que entre os três Planos analisados (Lira, Vulcano e Aluvião), mas em especial nos Planos com a ANPC, as formas de colaboração estipuladas para as FA em missões de PC, e as que o Exército tem desempenhado, apresentam uma cobertura bastante elevada para missões de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios, bem como reabilitação de infra-estruturas, não sendo contudo de excluir, face a situações de catástrofe ou calamidade, que a ANPC venha a solicitar outro tipo de participação às FA, como prevê a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho.

## **CAPÍTULO 4: OS MEIOS EXISTENTES UTILIZADOS E A SUA DISTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM A SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA**

Os tipos e quantidades de meios que são disponibilizados para estar ao serviço da PC estão de acordo com os que as unidades têm capacidade de disponibilizar. Antes de os Planos serem aprovados as unidades enviam para o CO os quantitativos, por tipos de meios, quer humanos, quer materiais, que pode disponibilizar no decorrer da operação. Desta forma, e sempre que os Planos são activados, esses meios têm que estar sempre disponíveis e em condições de poder operar de acordo com o grau de prontidão que seja implementado.<sup>36</sup>

### **Plano Lira**

De referir que no Plano Lira existem 5 fases correspondentes a 5 níveis de alerta, 4 dos quais são especiais e que têm as cores azul, amarelo, laranja e vermelho, e um normal de cor verde, que resultam do grau de risco que é avaliado pela ANPC e do rácio entre as necessidades e capacidades de resposta que seja necessária dar quer a nível da PC distrital quer a nível nacional.<sup>37</sup>

Os níveis de alerta especiais são declarados, ao nível da estrutura da PC, pelo centro de coordenação operacional nacional (CCON) e activados pelo comando nacional de operações de socorro (CNOS) que informa, através do comando distrital de operações de socorro (CDOS) todos os Agentes de Protecção Civil. De referir que o nível de alerta verde inicia-se em 15 de Maio de cada ano.

Estes estados de alerta diferem no tempo de prontidão, sendo de 72 horas no estado de alerta normal verde, 11 horas para o risco moderado no estado alerta especial azul, 5 horas também em risco moderado mas em estado alerta especial amarelo, 2 horas para risco elevado no estado alerta especial laranja, e uma prontidão imediata quando o risco é extremo e estamos no estado de alerta especial vermelho.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08 – Aneco I. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional

<sup>37</sup> Plano Lira (2008), p.7

<sup>38</sup> Idem, pp.7-8

### **Plano Aluvião**

No Plano Aluvião existem três níveis de alerta que são o amarelo, laranja e vermelho, em que o amarelo corresponde ao nível mais baixo, que determina o aprontamento dos meios mínimos, e o vermelho mais elevado, que determina o aprontamento geral das forças, de acordo com os resultados do grau de risco que, à semelhança do Plano Lira, são avaliados pela ANPC.<sup>39</sup>

#### **4.1. Tipos de meios que as unidades possuem**

##### **Plano Lira**

De acordo com o Plano Lira, a unidade que for nomeada para participar em apoio da PC fá-lo-á no mínimo com meios materiais necessários para combater o fogo na fase de rescaldo. Como meios temos abafadores, enxadas, pás, picaretas, ancinhos e motosserras. Terão ainda que levar apoio logístico para, pelo menos, 48 horas, bem como meios de transmissões para estabelecer a ligação. Esta ligação é para ser efectuada entre o comando da unidade e o Centro Operacional de PC<sup>40</sup>. Em anexo, seguem os restantes meios humanos e materiais disponibilizados pelas unidades.<sup>41</sup>

##### **Plano Aluvião**

O Plano Aluvião estipula que a unidade militar que irá participar no apoio em situações de cheias será, no mínimo, com motobombas, moto-serras, lanternas, pás e enxadas. Deverão ter meios de sustentação para 48 horas, assim como deverão transportar meios de transmissões para comunicarem com a unidade a que pertencem e com o Centro Coordenação Operacional Distrital (CCOD) responsável pela coordenação das operações.<sup>42</sup> Em anexo, seguem os meios materiais e humanos disponibilizados pelas unidades no ano 2007.<sup>43</sup>

Os meios são os adequados para o tipo de missão que têm de executar, embora isso dependa de cada unidade. Há um relatório inicial, onde as unidades informam ao CO, que tipos de meios têm disponíveis para participar nestas missões. Face a esta informação, aquando da ocorrência de uma situação de catástrofe ou calamidade são pedidos esses meios face ao acontecimento, e face ao pedido desse meios vão decidir qual a unidade que vai participar com os meios que são possíveis enviar.<sup>44</sup>

Em determinadas situações os meios presentes em operações são subaproveitados, ou por desconhecimento em termos de utilização de quem os usa, ou simplesmente porque

---

<sup>39</sup> Plano Aluvião (2007), p.6

<sup>40</sup> Plano Lira, pp.12-13

<sup>41</sup> Meios humanos e materiais disponibilizados pelas unidades - Anexo J

<sup>42</sup> Plano Aluvião (2007), p.11

<sup>43</sup> Meios humanos e materiais disponibilizados pelas unidades - Anexo K

<sup>44</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional, em 28/07/08

não é definido com a necessária precisão qual o momento ideal da sua utilização e, como tal, pode-se criar a ideia que são demasiados meios, porque ao encontra-se no Teatro de Operações (TO), não são empregues de imediato, o que cria uma imagem de estarem a mais no local, junto da população civil, ou seja, ao não serem usados num determinado instante, ficando na zona de concentração e reserva<sup>45 46</sup>, pode parecer aos olhos de observadores que se encontram “a mais”.

Quanto às telecomunicações, decorrentes do Plano Lira e Aluvião, o Exército possui meios de comunicações tácticos para HF<sup>47</sup> e VHF<sup>48</sup>. Existe um grande desgaste desses meios que se encontra em fim de vida, o que faz com que a utilização do mesmo seja pouco aconselhável, devido às suas capacidades estarem limitadas,<sup>49</sup> pois se as distâncias forem demasiado elevadas não consegue comunicar, a que acresce o problema das baterias que, geralmente, estão viciadas, o que provocam uma diminuição da sua autonomia.<sup>50</sup> Como consequência, tem-se vindo a usar cada vez mais o telemóvel para comunicar com a unidade e com o Comando da Operação, em substituição das comunicações tácticas militares, mas também se deve em conta que estes meios civis têm limitações, pois podem não estar disponíveis no local e altura que deles venhamos a necessitar.<sup>51</sup>

O novo rádio táctico P/PRC 525<sup>52</sup>, que se encontra em fase de distribuição nas unidades do Exército, possui diversas valências, das quais se destaca a interoperabilidade com os equipamentos que os restantes agentes de PC utilizam nas operações. Este facto trará uma melhoria significativa em termos de comando e controlo, das forças que estão no TO, para além de ser material novo.<sup>53</sup>

---

<sup>45</sup> Segundo o SIOPS no artigo 21 a zona de concentração e reserva (ZCR) é uma zona do teatro de operações onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata, onde se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar e onde têm lugar as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo posto de comando operacional.

<sup>46</sup> Diferentes tipos de zonas – Anexo L

<sup>47</sup> HF - High Frequency 3MHz – 30MHz, permite fazer comunicações estratégicas (longas distâncias)

<sup>48</sup> VHF – Very High Frequency 30MHz – 300MHz, permite fazer comunicações tácticas (curtas distâncias)

<sup>49</sup> Entrevista realizada ao Sr. Major Narra em 30/07/08 – Anexo M. Frequentou uma Pós-Graduação em Gestão de Protecção e Socorro

<sup>50</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional

<sup>51</sup> Entrevista realizada ao Sr. Major Narra em 30/07/08. Frequentou uma Pós-Graduação em Gestão de Protecção e Socorro

<sup>52</sup> P/PRC (Português Portátil Rádio Comunicações) 525 – Rádio multibanda cobre a banda do HF, VHF e UHF, permitindo fazer comunicações estratégicas (a longas distâncias) e comunicações tácticas (curtas distâncias)

<sup>53</sup> Entrevista realizada ao Sr. Major Narra em 30/07/08. Frequentou uma Pós-Graduação em Gestão de Protecção e Socorro



### **Plano Vulcano**

Para o Plano Vulcano o Exército disponibilizou 20 equipas num total de 245 militares, espalhados do norte ao sul do país, pertencentes a 13 unidades militares que são os designados Sapadores do Exército e que estão vocacionados para trabalhos de beneficiação de infra-estruturas através da reparação de caminhos, abertura de aceiros, acções de vigilância móvel e combate em primeira intervenção aos incêndios florestais.<sup>54</sup> O objectivo era proporcionar uma acção rápida e incisiva nos primeiros momentos do incêndio através de equipas de SEDFCI.<sup>55</sup>

Estas equipas fazem parte das unidades que dependem do CO e do Comando de Instrução e Doutrina (CID). Cada uma dessas equipas é constituída no máximo por 12 elementos (dois sargentos e dez praças), contudo cada uma dessas equipas dividem-se e actuam num sistema de rotatividade. Quando uma parte da força está em actividade a outra parte da força está em repouso, com um grau de prontidão a estabelecer por entidade competente do perímetro florestal, dando esse conhecimento ao CO e às unidades a que pertencem os militares.<sup>56</sup>

Os meios do Plano Vulcano são mais adequados, pois a DGRF distribui esses meios que se adequam mais a estas missões. A evolução tem sido uma constante e este ano, fez-se um protótipo com um kit de primeira intervenção numa viatura militar. Inicialmente tinham pensado em equipar as 20 viaturas Iveco 4012 com este kit, mas devido aos custos atrasou a criação do protótipo e, em vez de serem equipadas as 20 viaturas, apenas vão ser equipadas 12 e a DGRF vai disponibilizar as restantes oito viaturas com condutor.<sup>57</sup>

Os meios que estas equipas usam são: uma viatura militar 4x4, equipada com dois rádios-telecomunicadores, móvel (veicular) e portátil, que são fornecidos pela DGRF. As oito equipas que tenham a função de combate a um incêndio em primeira intervenção e em acções de rescaldo serão acompanhadas de um veículo 4x4 da DGRF, equipado com uma unidade compacta hidráulica para supressão de incêndios florestais (UCHSIF) de 400 a 2000l. Contudo é conduzido por pessoal da DGRF. As restantes 12 equipas são equipadas com UCHSIF de 600 a 800l, que será conduzido e operado por elementos da própria equipa.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> Quadro das equipas que estão espalhadas pelo País – Anexo N

<sup>55</sup> Plano Vulcano (2008), pp.3-4

<sup>56</sup> Plano Vulcano (2008), p.4

<sup>57</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional

<sup>58</sup> Plano Vulcano (2008), p.4

Como se depreende para o Plano Vulcano existem mais meios e diferentes para fazerem face ao tipo de missões que o Exército desempenha,<sup>59</sup> não se torna difícil concluir que o desempenho destas equipas será mais eficaz e eficiente.

#### **4.2. Relação entre a localização geográfica das unidades com a implantação florestal**

A localização geográfica das unidades vai definir a sua área de actuação. É também de atender à implantação florestal, pois, como é sabido, as zonas em que existe uma maior implantação florestal são zonas mais susceptíveis à ocorrência de incêndios florestais.<sup>60</sup>

Por outro lado há zonas no litoral e alguns leitos de rios que devem ser alvo de uma preocupação acrescida, no que diz respeito ao fenómeno de cheias.

A distribuição da área de actuação de cada unidade é exactamente igual, quer decorra do Plano Lira ou Aluvião.<sup>61</sup> Contudo, é preciso ter em conta que essas zonas são bastante diferentes, por isso a área de actuação de cada unidade deveria ser conforme fosse decorrente do Plano Lira ou Aluvião. Assim sendo, poderá haver situações em que a área de intervenção poderá ser de maior probabilidade numas áreas em detrimento de outras.

Segundo o fax enviado do CO ao CID, Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) e Brigada Mecanizada (BrigMec), irá haver alterações no emprego na distribuição das unidades em acções de PC.<sup>62</sup> As unidades que pertencem ao CID e que não possuem encargo operacional da Força Operacional Permanente do Exército, ficarão numa segunda linha, ou seja, não estão permanentemente de prevenção. Estas unidades estarão em reserva e só serão empregues em situação extrema. O seu grau de prontidão é equivalente ao nível de alerta mais 48 horas. A Escola Prática Engenharia,<sup>63</sup> Escola Prática Serviços,<sup>64</sup> Escola Prática de Transmissões<sup>65</sup> e Regimento Cavalaria 3,<sup>66</sup> ficam de fora deste esquema, pois embora estas unidades pertençam ao CID, têm encargo operacional. Por outro lado, a Escola de Tropas Pára-quedistas está também em reserva, embora dependa da BrigRR e por consequência do CO, mas não tem encargo operacional.<sup>67</sup>

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional

<sup>60</sup> Implantação Florestal - Anexo O

<sup>61</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Magrinho em 1/08/08 – Anexo P. Desempenha as funções de Adjunto do Chefe do Núcleo Permanente

<sup>62</sup> FAX, nº 5062 de 24 de Julho de 2008

<sup>63</sup> Unidade sediada em Tancos

<sup>64</sup> Unidade sediada na Póvoa de Varzim

<sup>65</sup> Unidade sediada no Porto

<sup>66</sup> Unidade sediada em Estremoz

<sup>67</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Magrinho em 1/08/08. Desempenha as funções de Adjunto do Chefe do Núcleo Permanente

Apesar da redistribuição das tarefas às unidades dos vários Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD), não haverá alterações às áreas de actuação que essas unidades já tinham do antecedente. Estas áreas baseiam-se no despacho 234/CEME/06, em que estas unidades mantêm o apoio da área fora do âmbito do Plano Lira e Aluvião, como poderão ser solicitadas em caso de manifesta urgência.<sup>68</sup>

O que será feito quando for solicitada a intervenção do Exército numa área como por exemplo numa área extensa como era o caso da Escola Prática de Artilharia,<sup>69</sup> a unidade que vai intervir vai ser a que estiver mais próxima, que não esteja empenhada ou mesmo mais folgada. No exemplo citado seriam empregues, o Regimento de Infantaria 3, ou Regimento Manutenção,<sup>70</sup> ou a BrigMec<sup>71</sup> e em ultimo caso a própria EPA.<sup>72</sup>

Existem áreas de responsabilidade muito vasta. A área de emprego para o Regimento de Infantaria 3<sup>73</sup>, é um desses casos, mas a configuração do terreno pouco acidentado e as características da mancha florestal mais dispersa faz com que existam poucas ocorrências. Por outro lado, temos o Regimento de Infantaria 14<sup>74</sup>, cuja a área é também muito vasta, mas cujo conjunto relevo e características da mancha florestal mais densa, que cria condições a ser fustigada por violentos incêndios, implicando um número considerável de participações do Exército nas operações de consolidação de rescaldo.<sup>75</sup>

Com esta reestruturação de emprego das unidades de acordo com a sua área de actuação, deveria ser também reestruturado o mapa de actuação tendo em vista complementar essas áreas que agora não têm essa cobertura. Se por um lado isso deveria ser feito porque existem áreas de actuação com uma grande extensão e uma elevada probabilidade das forças serem chamadas e por outro lado com esta nova alteração torna-se ainda mais necessária essa reestruturação, para fazer face às unidades que ficaram de reserva.

Relativamente ao Plano Vulcano os meios utilizados são os suficientes para a missão que eles executam, quer o equipamento individual, quer os meios de combate em primeira intervenção. Os meios de transmissões que as equipas usam são os mais adequados para comunicar com o CDOS. Existe uma entidade no CDOS responsável por coordenar as acções de prevenção que os vários agentes fazem.

---

<sup>68</sup> Responsabilidade de apoio de área das U/E/O do Exército segundo o Despacho 234/CEME/06 – Anexo Q

<sup>69</sup> Unidade sediada em Vendas Novas

<sup>70</sup> Unidade sediada no Entroncamento

<sup>71</sup> Unidade Sediada em Sta Margarida

<sup>72</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Magrinho em 1/08/08. Desempenha as funções de Adjunto do Chefe do Núcleo Permanente

<sup>73</sup> Unidade sediada em Beja

<sup>74</sup> Unidade sediada em Viseu

<sup>75</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Magrinho em 1/08/08. Desempenha as funções de Adjunto do Chefe do Núcleo Permanente

Assim sendo, os meios usados no Plano Lira e Aluvião são suficientes e a sua utilização tem sido eficaz na medida em que as missões atribuídas vão sendo cumpridas, no entanto terá de haver formação para se poder tirar uma maior rentabilidade desses meios, ou seja, para que as missões sejam cumpridas de uma forma eficiente.

Quanto aos meios de transmissões, tanto os rádios que as unidades têm, como os telemóveis poderão não ser os mais adequados, devido ao desgaste dos equipamentos rádios e a determinadas situações em que os telemóveis não estão disponíveis. Pode-se dizer que este tipo de meios de comunicações podem não ser os mais adequados para o estabelecimento da ligação.

O meio de transmissão mais adequado para esta missão é o P/PRC 525, pois possui um conjunto de valências que permitem não só efectuar a ligação com a estrutura de comando do Exército, como ainda são interoperáveis com os equipamentos rádio utilizados pelos restantes agentes de PC.

## **CAPÍTULO 5: FORMAÇÃO, INSTRUÇÃO E TREINO DADA AOS MILITARES DO EXÉRCITO NO ÂMBITO DA PROTECÇÃO CIVIL**

Segundo o artigo 55.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho, as FA promovem acções de formação e instrução necessárias ao desempenho das funções no âmbito da PC, com a colaboração da ANPC ou de outras entidades e serviços funcionalmente relevantes, em termos a regulamentar por portaria do Ministro da Defesa Nacional (MDN).

### **5.1. Análise dos curricula do Comando Instrução e Doutrina**

Em relação à instrução que é dada aos recrutas, ela baseia-se unicamente em sessões teóricas, em que lhes é ministrada informação de defesa contra incêndios (DCI. Essa informação está relacionada com as normas de prevenção contra incêndios em edifícios e florestas. Com o comportamento de um incêndio dependendo dos factores que influenciem esse mesmo incêndio, de acordo com a sua velocidade de propagação, o tipo de vegetação que irá ser o combustível. Pois este pode ter mais ou menos humidade, dependendo do seu tipo. É abordado o tipo de combustível sendo ele vivo e morto, enquanto no combustível vivo, este depende do tipo de vegetação existente, pois há uma mais rasteira que outra e uma mais húmida que outra.<sup>76</sup>

A propagação do incêndio depende do vento existente, do seu relevo, da hora que deflagra, do calor existente e do movimento do ar. É ministrada também as classes dos fogos e as suas formas de extinção.<sup>77</sup>

O processo de aprendizagem contempla também alguma tática de combate aos incêndios florestais. Neste estudo considera-se a instrução mais importante que eles têm, uma vez que é abordada as diferentes fases do combate a um incêndio florestal, os métodos de ataque aos incêndios, medidas a adoptar na execução de um estrangulamento, corta-fogo e num rescaldo sendo estas as acções que os militares mais participam.<sup>78</sup> Contudo, carece de uma parte prática, que deveria ser ministrada em cenário mais próximo da realidade possível com materiais e algum terreno para praticarem procedimentos. Os meios deverão ser aqueles que são atribuídos às forças, quando estes são empregues, ficando assim mais familiarizados com os utensílios que tiram mais rendimento.

---

<sup>76</sup> Ficha de Instrução DCI (00)-01-01

<sup>77</sup> Idem

<sup>78</sup> Ficha de Instrução DCI (00)-01-04

Esta instrução na recruta aparece numa fase tardia, o que não permite que seja avaliada. Os recrutas acabam por ficar com algumas noções da matéria dada, mas parte dessas noções serão esquecidas porque não tem uma componente avaliativa, nem prática.

Deveria também ser abordado as Leis e os Planos que o exército implementa para que percebessem as razões de participação do Exército neste tipo de missões.

É preciso fazer uma análise às fichas de instrução para que elas estejam actualizadas. No decorrer da pesquisa verificou-se que algumas delas estavam desactualizadas, designadamente as relativas à legislação. Como o nível de conhecimentos nesta área é pequeno, o instrutor poderá ministrar uma formação que não corresponde à realidade actual.<sup>79</sup>

A formação de DCI apresenta como lacuna a não abordagem da problemática das cheias. Se é ministrada formação relativa aos incêndios florestais também deverá de existir matéria relativa às cheias.

## **5.2. Análise dos curricula da Academia**

A cadeira de Protecção ambiental (PA) é ministrada a todos os cursos da Academia Militar (AM) no 2º semestre dos 2º e 4º ano. Para o 2.º no estão reservadas seis horas e para o 4º ano duas. Esta cadeira tem como intuito habilitar os alunos da AM com os principais conceitos e terminologia ambiental.<sup>80 81</sup>

Ultimamente tem havido alguma evolução neste âmbito. Partiu de uma iniciativa dos cadetes que propuseram a criação de uma Actividade Circum-Escolar de Ambiente, na qual se promove os conhecimentos neste âmbito, e são apresentadas medidas que a AM poderá tomar para minimizar os resíduos ambientais na mesma. Apesar de já se sentir uma certa aceitação para estas questões, os alunos ainda estão um pouco desfasados com as preocupações que as questões ambientais colocam. Uma razão poderá ser uma carga horária manifestamente insuficiente, pelo que se poderia aumentar, numa tentativa de se criar um novo estado de espírito e uma nova percepção desta realidade, levando os cadetes a perceberem que no futuro têm uma grande possibilidade de vir a participar numa acção deste tipo.

O Sr. Capitão Sousa, responsável pelo módulo de PA na AM, a quem foi feita uma entrevista no decorrer da elaboração do presente trabalho, não tem qualquer curso de formação para dar as instruções de PA. Ao desempenhar as funções de comandante de destacamento territorial de Guarda Nacional Republicana (GNR) tinha ao seu dispor as equipas de protecção da natureza, o que lhe obrigava a estar permanentemente actualizado

---

<sup>79</sup> Ficha de Instrução DCI (00)-01-03

<sup>80</sup> Entrevista efectuada ao Sr. Capitão GNR Sousa em 24/07/08 – Anexo R, responsável pelo módulo de Protecção Ambiental dado na Academia Militar

<sup>81</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Sousa – Anexo R

em termos de toda a legislação ambiental e de forma a actuar com repressão em situações ilícitas, tivessem sido elas crime ou contra-ordenação. Com isto não quer dizer que este oficial tenha todas as condições para dar estas instruções.

O que acontece na maioria das vezes é que é nomeada uma força para executar uma missão de interesse público, em que ninguém teve formação específica e o seu Comandante ao chegar ao local não sabe a quem se dirigir, visto que existe um comando próprio neste tipo de missões. Todos os comandantes têm o sentido de missão, ou seja, têm a preocupação de ajudar o mais que podem. Há que ter em atenção aos subordinados para que eles não corram riscos, ou seja, situações como a que ocorreu em 1966, na qual morreram 25 militares do Regimento de Artilharia Anti-Aérea Fixa, unidade que veio a ser sucedida pelo Regimento de Artilharia Anti-Aérea 1<sup>82</sup> na Serra de Sintra.<sup>83</sup>

Os comandantes antes de irem para o terreno deveriam ser informados pelo Oficial de Operações da unidade para saberem qual a situação que irão encontrar no terreno, onde poderão colocar qualquer questão relativa à missão que irão desempenhar. Deveria ser obrigação de todos os Oficiais ao saberem que estão indigitados para esse tipo de missões, quer eles se encontrem de reserva ou não, procurar junto da unidade os Planos relativos às missões de interesse público e a legislação mais importante para saber o porquê do Exército participar nesse tipo de missões e o tipo de missões que está habilitado para executar. Caso contrário, pode existir o risco de colocarmos os nossos homens numa situação de risco, pois se os Comandantes não tem formação e nem lhes é dado nenhuma informação, quando estes chegarem ao local e se deparem com um incêndio, poderá ocorrer o risco de o Comandante Operacional lhes dar como missão apagar o fogo.<sup>84</sup>

Os Oficiais deveriam ter formação, especialmente os de ligação,<sup>85</sup> para que quando chegassem junto do Comandante da Operação soubessem adequar a missão necessária às funções a que o Exército está habilitado. Deste modo, o Oficial de ligação não levaria a sua ideia de vencida, ou seja, colocar os homens apagar fogo. Essa formação seria sobretudo o estudo dos Planos e a forma como são encaminhados os pedidos.<sup>86</sup>

---

<sup>82</sup> Unidade que veio a ser sucedida pelo Regimento de Artilharia Anti-Aérea 1

<sup>83</sup> Boletim da Artilharia Antiaérea (2007), pag.77

<sup>84</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional, em 28/07/08

<sup>85</sup> Oficiais que fazem a ligação entre o Comando Operacional e as forças que estão no terreno

<sup>86</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional, em 28/07/08

Os comandantes da força deveriam ter a mesma formação que os Oficiais de ligação, pois há situações em que o comandante da força faz a função do Oficial de ligação, quando este não se encontra presente. Nestas situações, o Comandante da força, tem de fazer os dois papéis, em que coordena com o comando e dá as directrizes aos subordinados.<sup>87</sup>

Estes problemas que são levantados decorrem do Plano Lira, visto que no Plano Vulcano as forças têm formação para as missões que têm de efectuar. Como as solicitações são na sua maioria para os incêndios existe uma maior descrição do emprego das forças, ou seja, as forças são empregues por pelotões e cada pelotão orgânico tem a sua forma de actuar, com os seus meios.

Como se pode verificar as instruções que são dadas baseiam-se sobretudo em instruções relacionadas com a PA, mas com PC não há qualquer tipo de formação. Relativamente às instruções de PA, encontram-se vocacionadas para os incêndios florestais, não sendo por isso focado o emprego das forças em operações de cheias, operações decorrentes do Plano Aluvião. Quanto a este Plano as acções que são mais frequentes são sobretudo acções de apoio logístico, porque só algumas das unidades é que têm meios para a busca e o salvamento.

A falta de formação é o maior problema, pois é o ponto que é focado com mais incidência, pois até a Lei diz que as FA promovem acções de formação no âmbito da PC a regulamentar por portaria do MDN. Contudo, essa portaria não existe, visto que no MDN foi feita uma pesquisa exaustiva para a encontrar, para além de ter sido visto todos os despachos e portarias desde 2006 até 7 de Agosto do presente ano e não foi encontrado.

Como se pode constatar esta é uma das maiores lacunas existentes neste tipo de missões, em que a própria Lei reconhece que deveria existir, como está descrito no artigo 55.º da Lei nº27/06 de 3 de Julho.

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada ao Sr. Major Narra em 30/07/08. Frequentou uma Pós-Graduação em Gestão de Protecção e Socorro



## **CAPÍTULO 6: FORMAS DE AUTORIZAÇÃO DE COLABORAÇÃO**

No n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho, é solicitada a participação das FA, através da ANPC, a pedido do Comandante Operacional Nacional. No n.º 2 do mesmo artigo, os Governadores Cíveis e Presidentes de Câmara Municipais solicitam ao Presidente da ANPC, para participação das FA em funções de PC nas suas respectivas áreas operacionais, contudo segundo o n.º 3, em caso de urgência, os Governadores Cíveis e os Presidentes de Câmara Municipais podem solicitar a colaboração das FA directamente aos Comandantes das unidades que estão no terreno, cabendo aos Comandantes Operacionais Distritais ou Municipais informar o Comandante Operacional Nacional.

### **6.1. Solicitação de colaboração de acordo com os Planos Lira e Aluvião**

As FA são empregues em funções de PC, mediante autorização do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Nas Regiões Autónomas a autorização de actuação compete aos respectivos Comandantes Operacionais Conjuntos.<sup>88</sup> Esta solicitação é feita da mesma forma para qualquer um dos Planos (Lira e Aluvião).

Existem duas formas de apoio, o apoio programado e o apoio não programado. Nesta primeira parte vai ser abordado o apoio programado, e de seguida o apoio não programado. O apoio programado é prestado de acordo com o previsto nos programas e Planos de emergência previamente elaborados (Lira e Aluvião), após parecer favorável das FA, estando integrado nos centros de coordenação operacional um oficial de ligação.<sup>89</sup>

Como é descrito, nos termos da alínea g) do Decreto Regulamentar n.º 74/07, de 2 de Julho, ao CO compete “Estabelecer ligações de coordenação com o Estado-Maior General das Forças Armadas, ou outros ramos das Forças Armadas, as forças de segurança e outras entidades ligadas à protecção civil de forma a garantir o apoio oportuno em situações de calamidade pública...”

Nos termos do Despacho de 27 de Maio de 2006, do General Chefe de Estado-Maior de Exército (CEME), refere no ponto 3. na alínea e) que ao CO compete “Planear e coordenar o emprego de forças e meios em situações de calamidade pública e em outras missões de interesse público”.

---

<sup>88</sup> Artigo 56.º n.º 1 e n.º 3, Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>89</sup> Artigo 58.º n.º 1 da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

Na ocorrência de catástrofes para as quais seja solicitada a intervenção das FA, a ANPC solicita o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), através do Centro de Operações Conjunto (COC)<sup>90</sup> que fará uma análise da situação com vista à determinação das possibilidades de apoio à ANPC e à mobilização rápida dos meios existentes em função do que é pretendido e do que está disponível nas FA.<sup>91</sup>

O COC centraliza e coordena as acções a desenvolver no âmbito militar para satisfação dos pedidos da ANPC, assegurando a ligação ao CNOS e/ou ao Centro Nacional Operações Emergência da Protecção Civil. Para tal, e para cada conjunto de acções que for necessário conduzir, abre um processo de acompanhamento. Depois de feita a análise, o EMFA determina ao CO a quantidade de meios, quer humanos quer materiais, que vão participar na operação e, por sua vez, o CO vai informar o Gabinete do CEME e a unidade que esteja enquadrada com essa área geográfica para apoiar esse tipo de operações, caso essa unidade esteja na dependência do CO.<sup>92</sup> Caso essa unidade não esteja na dependência do CO, pois existem unidades que participam neste tipo de operações e dependem hierarquicamente do CID<sup>93</sup> ou do Comando da Logística, o CO vai determinar ao CID ou ao Comando Logística de acordo com a unidade que seja solicitada para que esta apronte os meios para intervir na operação. Estes, por sua vez, vão mandar a unidade executar a missão que lhes tinha sido dada pelo CO e por sua vez executam a missão que lhes é determinada.<sup>94</sup> Quando se prevê que determinada missão está a chegar ao fim o COC coordena com a ANPC a fim de possibilitar a retirada dos meios militares da área de operações.<sup>95 96</sup>

As acções de PC autorizadas pelo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA) são executadas por cada Ramo de uma forma autónoma. Contudo, sempre que se justificar uma acção conjunta, o CEMFA determinará, de acordo com as necessidades do momento, instruções específicas de comando, controlo e coordenação.<sup>97</sup>

No âmbito da colaboração do Exército em acções de PC, designadamente no auxílio às populações em situações de catástrofe, calamidade ou acidente, após determinação do

---

<sup>90</sup> É um órgão que pertence ao Centro de Operações das Forças Armadas que possibilita o Exercício do Comando Operacional das Forças Armadas pelo CEMFA, vem como das Forças de Segurança, por Intermédio dos respectivos Comandantes Gerais quando nos termos da Lei sejam colocadas na sua dependência.

<sup>91</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, P.40

<sup>92</sup> Idem

<sup>93</sup> Como por exemplo as Escolas Práticas

<sup>94</sup> Entrevista realizada ao Sr. Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional, em 28/07/08

<sup>95</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, p.40

<sup>96</sup> Solicitação de colaboração de acordo com o apoio programado - Anexo S

<sup>97</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, P.40

CEMGFA ou do CO no caso das Regiões Autónomas, “a colaboração deve ser solicitada pelo governo próprio da região aos comandantes operacionais conjuntos, devendo ser dado conhecimento ao chefe do EMGFA e à ANPC”<sup>98</sup>. Por sua vez, o CO determina às unidades que accionem as forças e os meios solicitados. Caso os meios, quer humanos e materiais, não sejam suficientes os Comandantes Operacionais dos Açores e Madeira solicitam ao CEMFA, com conhecimento aos Chefes de Estado-Maior dos Ramos, autorização para emprego de outra forças e meios disponíveis na região, para além dos que lhe sejam atribuídos.<sup>99</sup>

As forças e elementos militares são empregues sob a cadeia de comando das FA, sem prejuízo da necessária articulação com os comandos operacionais da estrutura de PC.<sup>100</sup>

No que diz respeito ao controlo, está definido um sistema de relatórios que permitirá ao CEMGFA manter o controlo permanente antes, durante e após cada intervenção das FA em acções de PC.<sup>101</sup>

O SIOPS é desenvolvido com base em estruturas de coordenação onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves e catástrofes e estruturas de comando operacional que, no âmbito das competências atribuídas à ANPC, agem perante a iminência ou a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outra forças que dispõe de comando próprio. Este sistema resulta do facto de se tratar de um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações e socorro cuja execução compete a entidades diversas e não organicamente integradas na ANPC, mas que dependem, para efeitos operacionais do SIOPS.<sup>102</sup>

“Com a criação do SIOPS é estabelecido um sistema de gestão de operações, definindo a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.”<sup>103</sup> Essa mesma doutrina deveria ser passada para todas as entidades para que as indicações fossem compreendidas, ou seja, quando o Comandante Operacional se reunisse com todas as entidades tivessem todos em sintonia para uma melhor compreensão da mesma.

Essa coordenação pode ser assegurada quer a nível nacional, quer a nível distrital pelos Centros de Coordenação Operacional (CCO), que integram representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto. Os CCO são responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas

---

<sup>98</sup> Artigo 53.º n.º 6, Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>99</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, P.40

<sup>100</sup> Artigo 57.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>101</sup> Plano Lira (2008), pp. 11-12 e Aluvião (2007), p.10

<sup>102</sup> Decreto-Lei n.º 134/06, de 25 de Julho

<sup>103</sup> Idem

operações de socorro a desencadear.<sup>104</sup> As FA podem integrar um elemento desde que ele esteja empenhado nas operações de protecção e socorro, emergência e assistência de meios humanos e materiais a estas solicitados, designadamente nos CCON e nos CCOD.<sup>105</sup>

A existência destes representantes é fundamental para a boa articulação das FA com as várias estruturas de PC, dada a natureza descentralizada destas, a fraca articulação funcional e hierárquica entre elas e o desconhecimento que demonstram relativamente às formas e modalidades de participação das FA em acções de PC, bem como das especificidades próprias do funcionamento da instituição militar.

Assim, estes representantes têm como missão aconselhar e assessorar o responsável local da PC, relativamente ao funcionamento da instituição militar e suas especificidades, capacidades e limitações.<sup>106</sup>

Havendo representantes do EMGFA, nos Centro Distrital Operações Emergência da Protecção Civil e Centro Municipal Operações Emergência da Protecção Civil, naturalmente que os governadores civis e os presidentes de câmara, deixarão de ligar directamente para o CEMGFA quando estes sentirem a necessidade da colaboração das FA. Estes representantes serão os seus pontos de ligação naturais, que os poderão aconselhar e, se necessário, encaminhar os pedidos para o COC/EMGFA.<sup>107</sup>

Existem situações de catástrofe em que não há oficiais nomeados para essas missões e quando assim acontece terá de ser nomeado um.<sup>108</sup>

“O CDOS, é constituído pelo comandante operacional distrital e pelo 2.º comandante operacional distrital da ANPC. É da competência do CDOS, garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes da PC. Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua gravidade requeiram a sua intervenção, empregar o pessoal e os meios indispensáveis e disponíveis a execução das operações a nível distrital. A coordenação é assegurada pela direcção e comandos próprios devendo apoiar-se técnica e operacionalmente os governadores civis. O 2.º comandante operacional distrital e o adjunto de operações reportam directamente ao comandante operacional distrital e exercem competências que ele determinar, o comandante operacional distrital reporta hierarquicamente ao comandante operacional nacional.”<sup>109</sup>

---

<sup>104</sup> Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 134/06, de 25 de Julho

<sup>105</sup> Artigo 3.º n.º 3 e n.º 4 do Decreto-Lei n.º 134/06, de 25 de Julho

<sup>106</sup> Santos, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição, p.46

<sup>107</sup> Idem, p.42

<sup>108</sup> Entrevista realizada ao Sr. Major Narra em 30/07/08. Frequentou uma Pós-Graduação em Gestão de Protecção e Socorro

<sup>109</sup> Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 134/06, de 25 de Julho

O posto de comando operacional é o órgão director das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o responsável das operações na preparação das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações.<sup>110</sup>

## **6.2. Solicitação de colaboração em caso de urgência**

“Consideram-se casos de manifesta urgência aqueles em que a gravidade e dimensão do acidente grave ou catástrofe e a necessidade de actuação imediata não são compatíveis com o normal encaminhamento do pedido através da cadeia de comando prevista nos n.º 1 e 2 do presente artigo”.<sup>111</sup>

“Em caso de urgência a autorização de actuação compete aos comandantes das unidades implantadas na área afectada, para o efeito solicitados.”<sup>112</sup> O apoio para estes casos será não programado e é prestado de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, cabendo ao EMGFA a determinação das possibilidades de apoio e a coordenação das acções a desenvolver em resposta às solicitações apresentadas.<sup>113</sup>

A colaboração do Exército em casos de manifesta urgência, ou seja, em caso de catástrofe ou acidente grave, o comandante operacional distrital faz um pedido à unidade que está referenciada para apoiar nessa zona, executando assim o apoio pedido pelo comandante operacional distrital. Esse apoio prestado é em função do que a unidade tem disponível. De seguida, vai informar o COC do EMGFA, informa o comando ao qual está subordinado, podendo a unidade estar dependente do CO, do CID ou do Comando da Logística e por fim informa também o Gabinete do CEME. O comandante operacional distrital informa a ANPC.<sup>114 115</sup>

Como vemos o sistema de comando e controlo que está preconizado para as missões de interesse público é igual ao que está em vigor para o emprego operacional de forças, em que o CEMGFA exerce o comando operacional das FA, tendo como comandantes subordinados os comandantes dos comandos operacionais dos ramos, em que no caso do Exército o General CO assume o comando operacional das forças do Exército.<sup>116</sup>

Como se verificou o sistema de comando e controlo é o mais adequado. Quer as forças sejam empregues no caso de manifesta urgência, no qual esse apoio não é programado, quer no caso do apoio programado o EMFA detém sempre o comando e o controlo das forças que estão empenhadas nas missões de interesse público.

---

<sup>110</sup> Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 134/06, de 25 de Julho

<sup>111</sup> N.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>112</sup> N.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>113</sup> N.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 27/06, de 3 de Julho

<sup>114</sup> Entrevista realizada ao Capitão Caracho em 28/07/08. Desempenha as funções de Chefe Interino da Repartição de Engenharia do Comando Operacional

<sup>115</sup> Solicitação de apoio em caso de manifesta urgência - Anexo T

<sup>116</sup> SANTOS, J. - O comando e controlo nas missões de interesse público: contributos para a sua definição p.44

## Capítulo 7: Conclusões/Propostas

Para dar resposta à questão central “Estará o Exército preparado para colaborar nas missões de interesse público, de acordo com o apoio programado”, foram analisadas as questões derivadas. Da análise dos três Planos – Lira, Aluvião e Vulcano, e das formas de colaboração estipuladas para as FA verificou-se que as missões que têm sido mais executadas pelo Exército são a prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios, assim como a reabilitação de infra-estruturas. Com isto, não quer dizer que não seja solicitado pela ANPC para outro tipo de missões previstas na Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho.

Quanto aos meios, partiu-se como hipótese que não seriam os suficientes. Por um lado, constatou-se que, de uma forma geral, são os adequados para participar nas missões que têm sido solicitadas, ou seja, nas operações de prevenção, rescaldo e reabilitação de infra-estruturas. Contudo, se houvesse formação sobre a utilização e emprego dos meios, poderiam ser utilizados de uma forma mais eficiente, decorrente do Plano Lira e Aluvião. Por outro lado, os meios de transmissões não são os mais adequados, pois os rádios que equipam o Exército têm um elevado desgaste devido ao seu elevado tempo de vida. Por isso, ultimamente tem-se usado o telemóvel como recurso, embora não pareça a melhor solução pois estão limitados em termos de rede.

Quanto ao Plano Vulcano, pode-se constatar que tem os meios adequados para a missão.

Na área de actuação das unidades verificou-se que não eram as mais adequadas, pois há unidades que têm uma área muito extensa, agravada pela morfologia do terreno, visto serem áreas que devido às suas características são propícias à ocorrência de catástrofes, havendo um maior número de solicitações feitas nestas áreas. Com a alteração deste ano, na qual as unidades que não têm encargo operacional encontram-se numa situação de reserva. Estas unidades só intervêm em último recurso, não devendo por isso ter uma área de actuação imposta. Assim sendo, ainda mais se torna necessário fazer uma nova reestruturação.

Ao nível da formação pode-se confirmar a hipótese levantada, pois existe uma grande lacuna nesta área, em que a única formação existente decorre do Plano Vulcano, na qual a DGRF dá formação apenas aos militares que participam nesse Plano. Para os Planos Lira e Aluvião não existe qualquer formação dada aos oficiais e praças no âmbito da PC, o que resulta em confusão quando são chamados a intervir.

Quanto à forma como é feita a solicitação, verificou-se que a hipótese foi confirmada, pois o Exército continua a ter o comando e o controlo das unidades no emprego das mesmas na PC.

O Exército está, de uma forma geral, preparado para participar nas missões de interesse público. Deverá colmatar as lacunas anteriormente identificadas através de uma

nova reestruturação na área de actuação das unidades. O MDN deverá regulamentar em portaria as acções de formação e instrução necessárias ao desempenho das FA e o Estado-Maior do Exército deverá regulamentar as acções de formação e instrução necessárias para o emprego das suas forças, pois sempre que são empregues forças para uma missão os militares deverão ter formação para a cumprir. Deve colaborar com as outras entidades e não tentar substituí-las, pois dispõe de capacidades e especificidades que lhe permitem participar nestas missões de interesse público e não única e exclusivamente em missões militares.

Como se pode constatar, nos últimos anos tem havido uma evolução positiva no apoio do Exército à PC, com a criação dos Planos (Lira, Aluvião e Vulcano) e, mais recentemente, a criação da nova Lei de Bases da Protecção Civil, regulamentando assim a participação do Exército junto da ANPC, e a criação do SIOPS através da articulação de todos os agentes que actuam neste tipo de missões.

Face às conclusões extraídas do estudo feito e com o intuito de introduzir algumas alterações, tendo em vista uma melhoria no emprego do Exército no cumprimento das missões de interesse público, pretende-se fazer as seguintes propostas:

- O número de horas a ministrar aos recrutas deverá ser maior, para ser feita uma pequena abordagem aos três Planos. As fichas de instruções deverão ser actualizadas, concretamente a da legislação, pois se o instrutor não tiver formação na área, acaba por estudar e ministrar uma instrução já ultrapassada. Este módulo de DCI deverá ser dado antes da semana de campo, havendo assim a possibilidade de os recrutas aprenderem nessa semana, designadamente na táctica de combate a incêndios formando a força com todos os meios que lhe estão designados.
- O número de horas dadas na AM são reduzidas, pelo que deverão ser aumentadas. No primeiro e segundo ano deverá ser dada formação sobre a PA. Para o terceiro e quarto ano separavam-se os cursos do Exército e da GNR, pois são dois agentes com missões diferentes. Essas matérias deverão estar relacionadas com táctica de combate a incêndios. Para além dessa formação deverá ser abordada legislação que faz referência ao emprego do Exército e da GNR. Relativamente à táctica de combate a incêndios, a solução para este módulo será a prática no campo com um Pelotão Orgânico composto com todos os meios que a força dispõe, a fim de se corrigirem comportamentos errados.
- Para que os cadetes tenham este tipo de instruções é preciso que hajam Oficiais com formação nesse âmbito para ministrarem essas instruções.
- Tem de ser criado um sistema de formação adequado à formação de Praças, Sargentos e Oficiais, pois só assim poderemos adequar o programa a cada uma das classes a que se destina.

- Como não existe qualquer tipo de formação, deverão ministra-la primeiro na índole teórica, principalmente sobre uma matéria que há uma grande probabilidade de participar que são os incêndios florestais, dando assim uma perspectiva do comportamento do fogo, uma série de regras de segurança e os procedimentos correctos a executar. Essa iniciativa deverá partir de cada unidade já que não há nada escrito sobre essa matéria, para que os subordinados não ponham a sua vida em risco inconscientemente.

- Outra instrução que será importante é como reagir a um reacendimento, pois ao estar empenhado numa operação de rescaldo não quer dizer que não haja um reacendimento. Caso aconteça é preciso ter em conta os perigos que ele acarreta, pois como a sua intensidade aumenta rapidamente, consequência da humidade que é menor perto da área ardida. Nesse tipo poderá Operações poderia haver um aproveitamento dos meios humanos no terreno, desde que possuíssem formação e meios adequados.

- Cada militar deverá transportar um extintor dorsal, pois se houver uma situação em que o incêndio envolva algum militar, ficando este no meio das chamas, tem onde se refugiar.

- Deverá ser distribuído vestuário ignífugo, isto é, vestuário que tem uma elevada resistência ao calor, pois a farda B não é a mais adequada, pois aquece rapidamente.

- As forças são empregues por períodos de 48 horas. É impossível colocar uma força completa a trabalhar durante esse extenso período. Cada força deverá ser constituído por três equipas. Equipa de descanso, trabalho e apoio. Estas equipas poderão rodar entre si de quatro em quatro horas de modo que a equipa de trabalho e apoio estejam a executar a acção que lhes foi indicada e a equipa de descanso esteja a repousar.

- Quanto aos meios de transmissão, o P/PRC 525 é o mais adequado para usar no tipo de missões dos Planos Lira e Aluvião, contudo ainda se encontra em fase de distribuição. É um rádio novo, por isso tem uma maior autonomia. Pode transmitir de qualquer zona, não havendo o problema de ficar sem rede. A maior valência deste rádio nestas operações é poder transmitir com os outros agentes.

- Deverá ser explicado o porquê dos militares participarem neste tipo de missões, fazer uma pequena abordagem a cada um dos Planos para que compreendam que o Exército tem uma estrutura que define o modo como são empregues essas mesmas forças de acordo com os diferentes Planos.

Ao longo dos anos tem-se vindo a ganhar experiência neste tipo de missões de interesses público, fruto do emprego dos meios e das necessidades que foram impostas. Essa evolução positiva tem sido feita de uma forma muito lenta, devido essencialmente a muitas limitações que existem, como por exemplo falta de verbas. Espera-se que essa evolução continue, pois o apoio prestado poderá melhorar com essa evolução.



## Bibliografia

### Livros:

LARANJEIRA, J. (1987). **A Protecção Civil e a Defesa Nacional**. Nação e Defesa Nº44. Lisboa: IDN

PAZ, Coronel C. (1987). **O Exército e a segurança interna**. Lisboa: IAEM

### Artigos de Revistas:

MARTINS, J. (1996). O Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência. **Protecção Civil**, p.26

NICOLAU, J. (1987). Aspectos do Sistema de Protecção Civil em Portugal. **Serviço Nacional Protecção Civil**, Vol.1, N.º1, pp. 3-4

(2007). Noticias da Antiaérea, **Boletim da Artilharia Antiaérea**, N.º7, II Série, p.77

### Trabalho:

SANTOS, Major J. (2005). **O comando e controlo nas missões de interesse público; contributos para a sua definição**. Lisboa: IAEM, TILD CEM 2003/2005

### Documentos:

Fax n.º5062, de 24 de Julho de 2008

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Extractos do Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2007-2024) /Versão Intranet, 24 de Julho de 2007

Despacho n.º 234/CEME/06

Despacho de 27 de Maio de 2006 do General CEME

### Legislação:

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto

Lei n.º29/82, de 11 de Dezembro – Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto – Antiga Lei de Bases da Protecção Civil

Lei n.º 27/06, de 3 de Julho - Lei de Bases da Protecção Civil

Decreto-Lei n.º 61/06, de 21 de Março - Lei Orgânica do Exército

Decreto-Lei n.º134/2006, de 25 de Julho - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

Decreto-Regulamentar n.º 74/2007, de 2 de Julho

**Planos:**

Plano de Operações Vulcano 2007 – Apoio do Exército na Prevenção e Combate em Primeira Intervenção aos Fogos Florestais, Ministério da Defesa Nacional, Exército Português

Plano de Operações Aluvião 2007 – Apoio do Exército em Caso de Eventuais Situações de Cheias, Ministério da Defesa Nacional, Exército Português

Plano de Operações Lira 2008 – Apoio do Exército no Combate aos Incêndios Florestais, Ministério da Defesa Nacional, Exército Português

Plano de Operações Vulcano 2008 – Apoio do Exército na Prevenção e Combate em Primeira Intervenção aos Fogos Florestais, Ministério da Defesa Nacional, Exército Português

**Fichas de Instrução:**

Defesa Contra Incêndios - DCI (00)-01-01, Enunciar e Caracterizar as Classes de Fogos e os Diversos Agentes Extintores

Defesa Contra Incêndios - DCI (00)-01-03, Conhecer a Legislação que Define a Actuação do Exército, no Apoio ao Serviço de Protecção Civil, no Âmbito dos Incêndios

Defesa Contra Incêndios - DCI (00)-01-04, Conhecer as Normas, Procedimentos e Cuidados Gerais a Observar no Combate a Incêndios Florestais

**ANEXOS**

## Anexo A

### Participações do Exército no Plano Lira de 2005

## ANEXO A

### Apoio do Exército ao SNBPC – Plano de Operações LIRA 05

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
LIRA VERMELHO – 070900JUN05										
Fax Nº 857/CNOS de 07Jun05	S. Jacinto	Ops de Rescaldo	AMSJ	27 Militares	02 VTM 01 VTP	00,00 €	00,00 €	00,00 €	071700Jun05	072330Jun05
Fax Nº 858/CNOS de 07Jun05	Vila Verde (Figueira da Foz)	Ops de Rescaldo e Vigilância	RA 4	67 Militares	02 VTP	216,24 €	490,64 €	10,00 €	071330Jun05	091300Jun05
Fax Nº 863/CNOS de 08Jun05	Quartel do RI 14	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação a 26 Bombeiros	RI 14	-----	-----	-----	441,48 €	182,00 €	091100Jun05	110800Jun05
LIRA LARANJA – 091701JUN05										
Fax Nº 994/CNOS de 18Jun05	Góis	Ops de Rescaldo e Vigilância	RI 14	36 Militares	02 VTM 02 VTP	229,73 €	336,96 €	5,00 €	190330Jun05	202330Jun05
			RA 4	42 Militares	02 VTP	295,80 €	290,95 €	24,48 €	182400Jun05	202230Jun05
Fax Nº 1014/CNOS de 20Jun05	Castelo Branco Idanha-a-Nova Fundão	Vigilância	RI 2	05 Militares	01 VTM	39,39 €	00,00 €	00,00 €	211600Jun05	222100Jun05
			EPSM	01 Militar	01 VTL	55,00 €	00,00 €	00,00 €	211545Jun05	232350Jun05
Fax Nº 1016/CNOS de 21Jun05	Lustosa - Viseu	Ops de Rescaldo e Vigilância	RI 14	18 Militares	02 VTL 01 VTP	39,64 €	170,28 €	10,00 €	212030Jun05	222330Jun05
LIRA VERMELHO – 220900JUN05										
Fax Nº 1021/CNOS de 22Jun05	Torre de Moncorvo	Ops de Rescaldo	RI 13	46 Militares	02 VTL 04 VTP	442,08 €	284,23 €	00,00 €	221640Jun05	241130Jun05
Fax Nº 1026/CNOS de 22Jun05	Cascais	Ops de Rescaldo e Vigilância	EPI	27 Militares	01 VTL 02 VTP	148,00 €	140,56 €	00,00 €	222130Jun05	231000Jun05
			RI 1	19 Militares	02 VTP	47,00 €	161,00 €	7,00 €	222145Jun05	231145Jun05
			RAAA 1	09 Militares	01 VTM	35,00 €	22,00 €	3,00 €	222100Jun05	230900Jun05
Fax Nº 1028/CNOS de 22Jun05	Ourém	Ops de Rescaldo e Vigilância	EPC	22 Militares	02 VTL 01 VTP	53,00 €	17,00 €	00,00 €	230520Jun05	231630Jun05
			ESE	23 Militares	02 VTP	69,00 €	00,00 €	7,00 €	230400Jun05	231616Jun05
Fax Nº 1029/CNOS de 22Jun05	Loulé	Ops de Rescaldo e Vigilância	RI 3	25 Militares	02 VTP	252,50 €	00,00 €	00,00 €	230300Jun05	240100Jun05
Fax Nº 1032/CNOS de 23Jun05	Quartel do RI 14	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação a 26 Bombeiros	RI 14	-----	-----	-----	99,58 €	-----	231000Jun05	231500Jun05
Fax Nº 1034/CNOS de 23Jun05	Ponte de Lima	Ops de Rescaldo e Vigilância	RC 6	30 Militares	01 VTL 02 VTP	84,70 €	7,00 €	16,10 €	231900Jun05	242100Jun05
Fax Nº 1043/CNOS de 24Jun05	Nisa	Apoio na Captação e Tratamento de Água	EPE	07 Militares	01 Est Trat Água 01 VTL 02 VTP	210,82 €	00,00 €	684,40 €	280900Jun05	301800Jul05

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
LIRA LARANJA – 300901JUN05										
Fax Nº 1092/CNOS de 04Jul05	Mafra	Ops de Rescaldo	EPI	63 Militares	01 VTL 05 VTM	125,00 €	642,14 €	1,80 €	042000JUL05	052100JUL05
			CMEFD	26 Militares	02 VTP				042230JUL05	051930JUL05
			BST	24 Militares	02 VTP	102,00 €	00,00 €	00,00 €	042200JUL05	052200JUL05
Fax Nº 1097/CNOS de 05Jul05	Alcanena	Ops de Rescaldo	EPC	21 Militares	01 VTL 01 VTP	51,00 €	00,00 €	00,00 €	050700JUL05	051700JUL05
			ESE	21 Militares	01 VTP				050500JUL05	051730JUL05
LIRA VERMELHO – 050900JUL05										
Fax Nº 1137/CNOS de 08Jul05	Baião e Paredes	Ops de Rescaldo	EPT	46 Militares	01 VTL 02 VTP				081155JUL05	090100JUL05
	Melres-Porto	Ops de Rescaldo	RE 3							
	Albergaria-a-Velha	Ops de Rescaldo	AMSJ	56 Militares	02 VTL 01 VTP				081330JUL05	102100JUL05
Fax Nº 1141/CNOS de 08Jul05	Travanca (Viseu)	Ops de Rescaldo	RI 14	18 Militares	02 VTL 01 VTP	33,66 €	166,08 €	262,48 €	072300JUL05	081700JUL05
	Quartel do RI 14	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação	RI 14	-----	-----	-----	29,05 €	182,00 €	080001JUL05	080825JUL05
Fax Nº 1145/CNOS de 08Jul05	Albergaria-a-Velha	Ops de Rescaldo	RI 14	18 Militares	02 VTL 01 VTP	113,85 €	166,08 €	5,00 €	092230JUL05	102200JUL05
			RE 3							
Fax Nº 1147/CNOS de 08Jul05	Albergaria-a-Velha	Máquinas de Rasto Ops de Rescaldo	RE 3							
Fax Nº 1051/CNOS de 08Jul05	Vila Nova de Poiares	Ops de Rescaldo	Força da Lousã							
Fax Nº 1154/CNOS de 09Jul05	Albergaria-a-Velha	Ops de Rescaldo	RI 14	17 Militares	02 VTL 01 VTP	80,19 €	157,52 €	262,48 €	101930JUL05	111800JUL05
Fax Nº 1163/CNOS de 09Jul05	S.Jacinto	Utilização da Pista da Base Aérea	AMSJ	-----	-----	00,00 €	00,00 €	00,00 €		
Fax Nº 1174/CNOS de 10Jul05	Baião	Ops de Rescaldo	EPT	46 Militares	01 VTL 02 VTP				101215JUL05	110300JUL05
	Melres-Porto	Ops de Rescaldo	RE 3							
	Paredes	Ops de Rescaldo	RA 5	22 Militares		91,76 €	192,20 €	25,06 €	101030JUL05	110130JUL05
Fax Nº 1181/CNOS de 10Jul05	Albergaria-a-Velha	Ops de Rescaldo	RE 3							
Fax Nº 1191/CNOS de 11Jul05	Penacova	Ops de Rescaldo	RA 4	35 Militares		306,82 €	264,31 €	9,80 €	100630JUL05	131000JUL05
			EPST							
			CIOE	24 Militares	01 VTL 02 VTP	321,85 €	190,61 €	25,00 €	110430JUL05	131300JUL05
Fax Nº 1197/CNOS de 11Jul05	Seia	Ops de Rescaldo	RI 13	22 Militares	01 VTL 02 VTM	254,25 €	29,54 €	65,85 €	111400JUL05	131230JUL05
			RI 14	18 Militares	02 VTL 01 VTP	157,41 €	166,08 €	5,00 €	111820JUL05	121820JUL05
Fax Nº 1215/CNOS de 12Jul05	Paredes	Ops de Rescaldo	EPT	46 Militares	02 VTP				120330JUL05	122105JUL05
	Gaia	Ops de Rescaldo	RA 5	42 Militares		175,77 €	417,28 €	15,31 €	120430JUL05	131800JUL05
	Melres-Porto	Ops de Rescaldo	AMSJ	28 Militares	02 VTL 01 VTP				120800JUL05	122130JUL05

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
Fax Nº 1216/CNOS de 12Jul05	Viana do Castelo	Ops de Rescaldo	RC 6	47 Militares	02 VTL 01 VTM 01 VTP	290,90 €	73,65 €	152,74 €	120600JUL05	141700JUL05
	Ponte de Lima	Ops de Rescaldo	EPAM	49 Militares	04 VTP				120500JUL05	150030JUL05
		Ops de Rescaldo	EPT	22 Militares	01 VTP				141315JUL05	150030JUL05
Fax Nº 1223/CNOS de 12Jul05	Castelo de Paiva	Ops de Rescaldo	BMI							
Fax Nº 1240/CNOS de 13Jul05	Carrazeda de Ansiães	Ops de Rescaldo	RI 13	36 Militares	02 VTL 04 VTM	116,84 €	220,32 €	23,37 €	131915JUL05	162300JUL05
LIRA LARANJA – 150901JUL05										
LIRA VERMELHO – 191201JUL05										
Fax Nº 1304/CNOS de 19Jul05	Seia	Máquinas de Rasto Ops de Rescaldo	RE 3							
		Ops de Rescaldo	RA 4	83 Militares	04 VTL 05 VTP	662,40 €	756,10 €	40,80 €	192000JUL05	242215JUL05
			RI 14	80 Militares	05 VTL 07 VTP	433,62 €	737,00 €	1.041,39 €	192230JUL05	251130JUL05
			CIOE	20 Militares	02 VTP	253,44 €	35,36 €	25,00 €	211940JUL05	230300JUL05
			EPST	23 Militares	01 VTP 01 TP 27	97,34 €	149,04 €	15,00 €	201900JUL05	222200JUL05
Fax Nº 1312/CNOS de 19Jul05	Odemira	Ops de Rescaldo	EPA	48 Militares	01 VTL 02 VTP			50,00 €	200100JUL05	202030JUL05
Fax Nº 1313/CNOS de 19Jul05	Serra S. Neutel	Ops de Rescaldo	RE 3							
			EPT	23 Militares	01 VTP				200245JUL05	210030JUL05
			RI 15	22 Militares	01 VTL 03 VTM	99,70 €	00,00 €	00,00 €	201830JUL05	220900JUL05
			BMI							
Fax Nº 1327/CNOS de 20Jul05	Serra S. Mamede	Ops de Rescaldo	RI 8	17 Militares	02 VTP	117,80 €	51,00 €	15,00 €	201930JUL05	211300JUL05
Fax Nº 1328/CNOS de 20Jul05	Seia	Máquina de Rasto Ops de Rescaldo	EPE	08 Militares	01 VTL 01 VTM 01 TL 01 PL	628,45 €	39,50 €	A definir	202100JUL05	240200JUL05
Fax Nº 1336/CNOS de 20Jul05	Loulé	Ops de Rescaldo	EPA	45 Militares	01 VTL 02 VTP			55,00 €	210100JUL05	221900JUL05
Fax Nº 1337/CNOS de 20Jul05	Serra S. Neutel	Ops de Rescaldo	BMI							
Fax Nº 1338/CNOS de 20Jul05	Oliveira do Hospital	Plataforma	EPE							
Fax Nº 1344/CNOS de 21Jul05	Covilhã	Ops de Rescaldo	RI 2							
			EPSM							
			RC 3	20 Militares	02 VTP				232330JUL05	242400JUL05
Fax Nº 1350/CNOS de 21Jul05	Cabeceiras de Basto	Ops de Rescaldo	RI 13	18 Militares	01 VTL 02 VTM	117,81 €	7,20 €	24,79 €	211700JUL05	222100JUL05
			RC 6	21 Militares	01 VTM 01 VTP	81,00 €	181,65 €	112,87 €	211800JUL05	221930JUL05
Fax Nº 1362/CNOS de 21Jul05	Gavião	Ops de Rescaldo	EPE	35 Militares	02 VTP	81,18 €	00,00 €	153,36 €	212300JUL05	221815JUL05
			BAI							

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
Fax Nº 1386/CNOS de 22Jul05	Arganil	Ops de Rescaldo	CIOE	17 Militares	01 VTP	183,20 €	123,26 €	00,00 €	230930JUL05	240245JUL05
			EPT							
			RE 3							
			EPST	12 Mlilitares	01 VTP	65.21 €	84,24 €	5,00 €	230650JUL05	2420345JUL05
			BMI							
			RI 15	22 Militares	04 VTL 03 VTM	145,80 €	207,50 €	00,00 €	240500JUL05	251600JUL05
LIRA LARANJA – 251201JUL05										
LIRA VERMELHO – 030900AGO05										
Fax Nº 1461/CNOS de 03Ago05	Vale de Cambra	Ops de Rescaldo	EPT	44 Militares	02 VTP				032030AGO05	052020AGO05
			RE 3	1 Pelotão					03AGO05	
			EPAM	49 Militares					032000AGO05	090000AGO05
Fax Nº 1462/CNOS de 03Ago05	Cinfães	Ops de Rescaldo	CIOE	45 Militares	03 VTP	292,23 €	445,26 €	72,00 €	032100AGO05	072300AGO05
			RI 13	17 Militares	02 VTM				03AGO05	
Fax Nº 1464/CNOS de 03Ago05	Mafra	Ops de Rescaldo	EPI	73 Militares	01 VTL 02 VTM	156,36 €	610,79 €	00,00 €	030830AGO05	052100AGO05
			RAAA 1	1 Pelotão					03AGO05	
Fax Nº 1467/CNOS de 03Ago05	Caminha	Ops de Rescaldo	RC 6	40 Militares	01 VTM 01 VTP	227,00 €	185,70 €	40,97 €	03____AGO05	052300AGO05
Fax Nº 1468/CNOS de 03Ago05	Quartel do RI 14	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação	RI 14	-----	-----				041100AGO05	052200AGO05
Fax Nº 1471/CNOS de 04Ago05	Amarante	Ops de Rescaldo	RI 19	9 Militares	01 VTP	107,93 €	171,27 €	00,00 €	041610AGO05	061230AGO05
			RA 5	10 Militares		83,80 €	200,40 €	23,72 €	041630AGO05	061115AGO05
			CIOE	21 Militares	01 VTP	75,70 €	174,22 €	48,00 €	041625AGO05	061115AGO05
Fax Nº 1476/CNOS de 04Ago05	Valongo	Ops de Rescaldo e evacuação de população	RA 4	1 Pelotão	03 TP					
Fax Nº 1478/CNOS de 04Ago05	Vale de Cambra	Máquinas de Rasto	RE 3		01 TL					
Fax Nº 1491/CNOS de 04Ago05	Pombal	Ops de Rescaldo	BMI	1 Pelotão						
			RI 15 (BAI)	22 Militares	01 VTL 02 VTM	34,36 €	00,00 €	00,00 €	050400AGO05	071500AGO05
Fax Nº 1492/CNOS de 05Ago05	Ponte de Lima	Ops de Rescaldo	EPT	23 Militares	01 VTP				051200AGO05	061200AGO05
Fax Nº 275/CDOS de 05Ago05	Óbidos	Ops de Rescaldo	ESE	13 Militares	01 VTP				041500AGO05	051030AGO05
Fax Nº 1492/CNOS de 05Ago05	Mira	Máquinas de Rasto	RE 3		01 TL					
Fax Nº 1504/CNOS de 05Ago05	Ourém	Máquinas de Rasto	CEng/BMI		01 TL					
Fax Nº 1530/CNOS de 07Ago05	Penalva do Castelo	Ops de Rescaldo	RI 14	36 Militares	03 VTL 02 VTP					
			EPST	1 Secção						
Fax Nº 1531/CNOS de 07Ago05	Vila Pouca de Aguiar	Apoio Logístico em colchões	RI 13		50 Colchões + Transporte de Alimentação					
			RI 19							
LIRA LARANJA – 080000AGO05										



DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
LIRA VERMELHO – 130900AGO05										
Fax Nº 1581/CNOS de 12Ago05	Penalva do castelo	Ops de Rescaldo	CIOE	1 Pelotão					13_AGO05	
			RI 14	1 Pelotão					13_AGO05	
Fax Nº 1589/CNOS de 12Ago05	Trofa	Ops de Rescaldo	EPAM	1 Pelotão						
	Valongo		RC 6	1 Pelotão						
			EPT	1 Pelotão						
			RE 3	1 Pelotão						
Fax Nº 1593/CNOS de 12Ago05	Caminha	Ops de Rescaldo	RA 5	1 Secção						
			EPT	1 Secção						
Fax Nº 1599/CNOS de 13Ago05	Manteigas	Ops de Rescaldo	RI 13	1 Pelotão						
			CIOE	1 Pelotão						
			EPST	1 Secção						
Fax Nº 1600/CNOS de 14Ago05	Vila Praia de Âncora	Ops de Rescaldo	RA 4	1 Pelotão						
			RI 19	1 Secção						
Fax Nº 1601/CNOS de 14Ago05	Paço de Sousa	Ops de Rescaldo	RC 6	1 Pelotão						
			EPT	1 Pelotão						
			RE 3	1 Pelotão						
Fax Nº 1611/CNOS de 14Ago05	Sardoal	Máquinas de Rasto	RE 1		1 TL	Pedido sem efeito				
Fax Nº 1617/CNOS de 14Ago05	Pampilhosa da Serra	Máquinas de Rasto	EPE		1 TL				14_AGO05	
			RE 3		1 TL				14_AGO05	
Fax Nº 1621/CNOS de 14Ago05	Fundão	Máquinas de Rasto	CEng/BMI		1 TL				14_AGO05	
Fax Nº 1636/CNOS de 15Ago05	Pampilhosa da Serra	Ops de Rescaldo	RI 14	1 Pelotão					152030AGO05	
			RA 4	1 Pelotão					152030AGO05	
			2º BMI	2 Pelotões					152030AGO05	
Fax Nº 1637/CNOS de 15Ago05	Samuel (Soure)	Ops de Rescaldo	BAI	1 Pelotão					152030AGO05	
CMDFCI de Vila Real	Lamas de Olo	Ops de Rescaldo	RI 13	1 Secção					160130AGO05	
Fax Nº 1639/CNOS de 16Ago05	São Mamede	Ops de Rescaldo	RC 6	1 Pelotão					160825AGO05	
			RE 3	1 Pelotão					160825AGO05	
CMDFCI de Vila Real	Quartel do RI 13	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação	RI 13							
Fax Nº 1655/CNOS de 16Ago05	Serra Santa (Sertã)	Ops de Rescaldo		2 Pelotões						
Fax Nº 1656/CNOS de 16Ago05	Sardoal	Ops de Rescaldo		2 Pelotões						
Fax Nº 1678/CNOS de 17Ago05	Alvaiázere	Ops de Rescaldo		2 Pelotões						
Fax Nº 1681/CNOS de 17Ago05	Pedrógão Grande	Ops de Rescaldo		2 Pelotões						
CMDFCI de Vila Real	Quartel do RI 13	Apoio Logístico em Infra-Estruturas e Alimentação	RI 13							
Fax Nº 1720/CNOS de 19Ago05	Quartel do RI 14		RI 14							
Fax Nº 1722/CNOS de 19Ago05	Parque Natural do Alvão	Ops de Rescaldo		3 Pelotões						

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
Fax Nº 1734/CNOS de 19Ago05	Quartel do RI 13	Apoio com 1 VTT, 30 Pás e 30 Enxadas	RI 13							
Fax Nº 1748/CNOS de 20Ago05	Arrepiado	Máquinas de Rasto			1 TL					
Fax Nº 1750/CNOS de 19Ago05	Covelos (Coimbra)	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1752/CNOS de 19Ago05	Segade (Coimbra)	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1756/CNOS de 20Ago05	Taião	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1757/CNOS de 20Ago05	Rebordões	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1758/CNOS de 20Ago05	Loivo	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1759/CNOS de 20Ago05	Valongo	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1761/CNOS de 21Ago05	Gondemaria	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1763/CNOS de 21Ago05	Almoxarife	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1796/CNOS de 22Ago05	Travancas	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1804/CNOS de 22Ago05		Apoio em Transporte	BST							
Fax Nº 1807/CNOS de 22Ago05	Viana do Castelo	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1810/CNOS de 23Ago05	Ferreira do Zêzere	Ops de Rescaldo	EPC	1 Pelotão						
	Polígono de Tancos	Ops de Rescaldo	CTAT	200 Militares					231900AGO05	240130AGO05
			ETAT							
			GALE							
Fax Nº 1829/CNOS de 24Ago05		Apoio em Transporte	BST							
Fax Nº 1829/CNOS de 25Ago05		Apoio em Transporte	BST							
Fax Nº 1832/CNOS de 24Ago05	Viana do Castelo	Ops de Rescaldo		3 Pelotões						
LIRA LARANJA – 252359AGO05										
Fax Nº 1841/CNOS de 25Ago05	Viseu	Ops de Rescaldo		1 Pelotão						
Fax Nº 1843/CNOS de 25Ago05	Miranda do Corvo	Apoio com Auto-Tanques	RE 1		2 AT					
			EPSM		1 AT					
			RI 15		1 AT					
Fax Nº 1869/CNOS de 29Ago05	Cabeceiras de Bastos	Ops de Rescaldo	RI 13	1 Pelotão						
			RC 6	1 Pelotão						
Fax Nº 1870/CNOS de 29Ago05		Apoio em Transporte	BST							
Fax Nº 1944/CNOS de 04Set05	Serra de Mação	Máquinas de Rasto	EPE		1 TL				04 SET05	
			RE 1		1 TL				04 SET05	

DOC SOLICITANTE	LOCAL DE APOIO	TIPO DE APOIO	UNIDADE	MEIOS EMPREGUES		ENCARGOS			GDH INÍCIO APOIO	GDH FIM APOIO
				HUMANOS	MAT	COMB./ LUB.	ALIMENT.	OUTROS		
Fax Nº 1951/CNOS de 05Set05	Sardoal (Santarém)	Ops de Rescaldo	BMI	1 Pelotão						
			BAI	1 Pelotão						
Fax Nº 1952/CNOS de 05Set05	Granjinha (Viseu)	Ops de Rescaldo	RI 13	1 Pelotão						
			RI 19	1 Secção						
Fax Nº 1953/CNOS de 05Set05	Ponte do Abade (Viseu)	Ops de Rescaldo	RI 14	1 Pelotão						
			CIOE	1 Pelotão						
Fax Nº 1953/CNOS de 05Set05	Mangualde	Máquinas de Rasto	RE 3		1 TL					

## Anexo B

### Participações do Exército no Plano Vulcano de 2005

## ANEXO B

### ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS Acção I - Beneficiação de Infra-estruturas

Área Designada	N.º de Equipas	Efectivo	Unidade	Ocorrências
Serra do Marão <sup>1</sup>	5	2 Pel	RI 13	42
		1 Pel	RI 19	
Lousã/Góis <sup>2</sup>	5	1 Pel	CIOE	63
		1 Pel	BAI	
		1 Pel	UN Cmds	
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>6 Pel</b>		<b>106</b>



## ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS

### Acção II - Patrulhamentos Apeados

Área Designada	N.º de Equipas	Unidade	Extensão dos trabalhos	Ocorrências
Bragança <sup>1</sup>	1	RE 3	65 Km	
Rio Mau <sup>2</sup>	1	RE 3	65 Km	
Góis <sup>3</sup>	1	EPE	55 Km	
Montejunto <sup>4</sup>	1	RE 1	20 Km	
Sines <sup>5</sup>	1	RE 1	25 Km	
<b>Total</b>	<b>5</b>		<b>230 Km</b>	



## ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS

### Acção III – Patrulhamentos a Cavalo

Área Designada	N.º de Conjuntos	Unidade	Ocorrências
Serra de Sintra <sup>1</sup>	8	EPC	0
<b>Total</b>	<b>8</b>		<b>0</b>



## OCORRÊNCIAS

### Acção IV – Patrulhamentos Motorizados

<i>Área Designada</i>	<i>Equipas</i>	<i>Unidade</i>	<i>Ocorrências</i>
PF Entre Vez e Coura	2	RC 6	6
PF Vieira Monte Crasto			
PF Entre Lima e Neiva			
PF Cabreira	1	RI 13	13
AP Soajo e Peneda Gerês	1		
PF Padrela	1		
PF Marão	1	RI 19	5
AP Montesinho e PF respectivos	1		
AP Alvão e PF respectivos	1		
PF Barroso	1	RI 14	20
PF São Salvador e Mundão	1		
PF Caramulo	1		
PF Penoita e Vouga	1		
AP Serra da Estrela e PF respectivos	1	EPST	0
MN e PF Dunas de Vagos	1		
PF Dunas de Cantanhede	1		
MN Dunas de Quiaios	1	RA 4	6
MN Leiria e Alvas de Água de Madeiros e Mina de Azeche	1		
PF Rio Mau	1	BAI	
PF Préstimo			
MN Dunas de Ovar	1	RE 3	0
MN e PF Bussaco	1	FORÇA LOUSÃ	
MN Valverde	1	BST	0
PF Barão de S. João e Vila do Bispo	1	EsqPE/RMS	1
PF Sines	2	EPA	3
MN Terras da Ordem	1	RI 3	
AP São Mamede e PF respectivos	1	RI 8	
<b>Total</b>	<b>25</b>		<b>55</b>



## ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS

### Acção V - Vigilância Fixa

Área Designada	N.º de Equipas	Unidade	Ocorrências
São Jacinto <sup>1</sup>	1	BAI	0
Nazaré <sup>2</sup>	1	RA 4	21
Cadaval <sup>3</sup>	1	ESE	12
Companhia das Lezírias (Vila Franca de Xira) <sup>4</sup>	1	DGME	69
<b>Total</b>	<b>4</b>		<b>103</b>



## ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS

### Acção VI - Combate ao Fogo em Primeira Intervenção

Área Designada	N.º de Equipas	Unidade	Ocorrências
Bragança <sup>1</sup>	1	RI 13	13
Boticas <sup>2</sup>	1	RI 19	87
Arganil <sup>3</sup>	1	BMI	4
M.N. Urso <sup>4</sup>	1	RA 4	2
Tavira <sup>5</sup>	1	RI 8	3
<b>Total</b>	<b>5</b>		<b>109</b>



## ESTATISTICA DE OCORRÊNCIAS

### RESUMO GERAL

<b>Acção</b>	<b>Ocorrências</b>
<b>I – Beneficiação de Infra-estruturas</b>	<b>0</b>
<b>II – Patrulhamentos Apeados</b>	<b>106</b>
<b>III – Patrulhamentos a Cavalo</b>	<b>0</b>
<b>IV – Patrulhamentos Motorizados</b>	<b>55</b>
<b>V – Vigilância Fixa</b>	<b>103</b>
<b>VI – Combate ao fogo em 1.ª Intervenção</b>	<b>109</b>
<b>Total</b>	<b>373</b>

## Anexo C

### Participações do Exército no Plano Lira de 2006

## ANEXO C

### Resumo das Intervenções do Exército no Ano de 2006, no âmbito das Missões de Interesse Público (PLANO LIRA)

GDH da solicitação	Entidade que solicitou a colaboração	Documento que formaliza o pedido de colaboração	Meios disponibilizados pelo Exército	Local de Intervenção	GDH da Desmobilização dos Meios
04JUN06	SNBPC	FAX Nº 873	EPT: 2 Pelotões (3 Of; 3 Sar; 37 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Med) <b>RI 13: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 23 Pr; 1 Viat Lig; 3 Viat Med)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	AMARANTE	EPT 052030JUN06  RI 13 <b>061900JUN06</b>
04JUN06	SNBPC	FAX Nº 874	RI 14: 2 Pelotões (rendidos em 07Jun06) (4 Of; 8 Sar; 72 Pr; 4 Viat Lig; 4 Viat Pes) <b>AMSJ: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 25 Pr; 2 Viat Lig; 4 Viat Med)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	ÁGUEDA	<b>072000JUN06</b>
05JUN06	SNBPC	FAX Nº 881	EPAM: 1 Pelotão (rendido em 08Jun06) (2 Of; 6 Sar; 36 Pr; 3 Viat Pes) <b>RC 6: 1 Pelotão (rendido em 07Jun06) (rendido em 08Jun06)</b> <b>(3 Of; 8 Sar; 57 Pr; 2 Viat Med; 1 Viat Pes)</b> <b>RE 3: 1 Pelotão (rendido em 07Jun06) (3 Of; 9 Sar; 54 Pr; 5 Viat )</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	BARCELOS	<b>091430JUN06</b>
06JUN06	SNBPC	FAX Nº 901	RI 13: 1 Pelotão (1 Of; 2 Sar; 19 Pr; 1 Viat Lig; 3 Viat Med) <b>RI 19: 1 Pelotão</b> <b>CIOE: 1 Pelotão (4 Sar; 16 Pr; 2 Viat Med)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	ÁGUEDA	RI 19 e CIOE <b>072000JUN06</b> RI 13 <b>082230JUN06</b>
09JUL06	SNBPC	FAX Nº 1105	RI 14: 2 Pelotões (2 Of; 4 Sar; 36 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes)  <b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>	GUARDA	<b>121900JUL06</b>
11JUL06	SNBPC	FAX Nº 1126	RI 13: 1 Pelotão (2Sar; 22 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Med)	BRAGANÇA	<b>122345JUL06</b>

			<b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>		
<b>13JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1146</b>	RI 13: 1 Pelotão (2 Sar; 22 Pr; 3 Viat Med) <b>CIOE: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 18 Pr; 1 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>BRAGANÇA</b>	<b>RI 13</b> <b>142030JUL06</b> <b>CIOE</b> <b>142100JUL06</b>
<b>14JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1177</b>	EPS: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 18 Pr; 2 Viat Med) <b>RC 6: 1 Pelotão (2 Of; 6 Sar; 31 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>BRAGA</b>	<b>EPS</b> <b>161710JUL06</b> <b>RC 6</b> <b>161900JUL06</b>
<b>15JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1189</b>	RI 13: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 27 Pr; 3 Viat Pes) <b>RI 19: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 27 Pr; 3 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>BRAGA</b>	<b>RI 13</b> <b>190030JUL06</b> RI 19 <b>182000JUL06</b>
<b>17JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1205</b>	RA 5: Abastecimento de combustível à coluna nacional de incêndios Florestais	<b>Vila Nova de Gaia</b>	<b>17Jul06</b>
<b>17JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1210</b>	EPS: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 18 Pr; 2 Viat TP) <b>RC 6: 1 Pelotão (1 Of; 2 Sar; 18 Pr; 4 Viat Lig; 1 Viat Pés)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Viana do Castelo</b>	<b>182000JUL06</b>

<b>17JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1213</b>	RA 4: 1 Pelotão (1 Of; 2 Sar; 18 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes) <b>RI 15: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 18 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Santarém</b>	<b>181700JUL06</b>
<b>31JUL06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1308</b>	RI 13: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 22 Pr; 3 Viat Iveco) <b>CTOE: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 17 Pr; 1 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Bragança</b>	<b>012300AGO06</b>
<b>03AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1358</b>	RI 19: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 15 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes) <b>RC 6: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 17 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Braga</b>	<b>RI 19</b> <b>051300AGO06</b> RC 6 <b>050930AGO06</b>
<b>04AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1360</b>	<b>RI 14: 2 Pelotões (2 Of ; 4 Sar; 36 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Viseu</b>	<b>081230AGO06</b>
<b>04AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1366</b>	EPT: 2 Pelotões (3 Of ; 2 Sar; 32 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes) EPS: 1 Pelotão (1 Of; 3 Sar; 18 Pr; 2 Viat TP) RA 4: 1 Pelotão (3 Of; 4 Sar; 36 Pr; 3 Viat Lig; 2 Viat Pes) (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Braga</b>	<b>060730AGO06</b> <b>061730AGO06</b> <b>062000AGO06</b>

<b>05AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1396</b> <b>FAX Nº 1397</b>	<b>EPT: 2 Pelotões (3 Of ; 2 Sar; 31 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Pes)</b> <b>EPT: 1 Pelotão (1 Of ; 1 Sar; 18 Pr; 2 Viat Pes)</b> <b>CTOE: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 15 Pr; 1 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Porto</b>	<b>061530AGO06</b> <b>071130AGO06</b> <b>061910AGO06</b>
<b>06AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1415</b>	<b>RI 15: 1 Pelotão (2 Of ; 3 Sar; 20 Pr; 2 Viat Lig; 3 Viat Pes)</b> <b>Brig Mec: 1 Pelotão (3 Sar; 23 Pr; 3 Viat Unimog)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Castelo Branco</b>	<b>072130AGO06</b> <b>072300AGO06</b>
<b>06AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1422</b>	<b>EPT: 1 Pelotão (1 Of ; 1 Sar; 12 Pr; 2 Viat Pes)</b> <b>Pel reconduzido para VALONGO</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Porto</b>	<b>071800AGO06</b>
<b>06AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1422</b>	<b>EPE: (1 Sar; 3 Pr; 1 Maquina de rasto e plataforma)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Santarem</b>	<b>080100AGO06</b>
<b>05AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1398</b>	<b>RI 13: 1 Pelotão (1 Of ; 5 Sar; 65 Pr; 3 Viat Med; 2 Viat Pes)</b> <b>Pel do RI 13 rendido por EPT em 101400AGO; N/ fax 3188</b> <b>RC 6: 1 Pelotão (3 Of ; 33 Sar; 160 Pr; 3 Viat Lig; 1 Viat Med; 2 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Viana do Castelo</b>	<b>110040AGO06</b> <b>152300AGO06</b>



<b>05AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1400</b>	<p>RI 10: 1 Pelotão (1 Of ; 4 Sar; 20 Pr; 2 Viat Lig; 1 Viat Med; 3 Viat Pes)  <b>Pel rendido de 48 em 48 horas (Viat p/ rendições 1 Viat Lig; 1 Viat Pés)</b>  (Ooperações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</p>	<b>Viana do Castelo</b>	<b>152100AGO06</b>
<b>06AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1418</b>	<p><b>RE 3: 1 Pelotão (9 Of ; 26 Sar; 166 Pr; 3 Viat Med; 3 Viat TP)</b>  <b>Acidente de viação</b>  (Ooperações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</p>	<b>Viana do Castelo</b>	<b>160100AGO06</b>
<b>09AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1482</b>	<p>EPT: 1 Pelotão (rendido em 10,11,12,13 e 14 (3 Of ; 2 Sar; 32 Pr; 1 Viat Lig; 4 Viat Pes)  EPS: 1 Pelotão (3 Of; 9 Sar; 48 Pr; 2 Viat TP)  (Ooperações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</p>	<b>Viana do Castelo</b>	<b>151500AGO06</b> <b>152230AGO06</b>
<b>12AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1534</b>	<p><b>Brig Mec: (1 Sar; 4 Pr; 1 Maquina de rasto e plataforma)</b>  <b>RE 3: (1 Sar; 3 Pr; 1 Maquina de rasto e plataforma)</b>  (Ooperações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</p>	<b>Viana do Castelo</b>	<b>150730AGO06</b> <b>142330AGO06</b>
<b>07AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1430</b>	<p><b>ESE: 1 Pelotão (1 Of ; 1 Sar; 16 Pr; 1 Viat Pes)</b>  <b>1 Sold da ESSE hospitalizado s/ importância</b>  <b>Brig Mec: 2 Pelotões (2 Of ; 7 Sar; 38 Pr; 1 Viat Lig; 5 Viat Med)</b>  (Ooperações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</p>	<b>Santarem</b>	<b>072000AGO06</b> <b>072000AGO06</b>

<b>07AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1442 FAX Nº 1483</b>	<b>EPT: 2 Pelotão (3 Of ; 2 Sar; 31 Pr; 1 Viat Lig; 4 Viat Pes)</b> <b>Um Pel acabou mais cedo</b> <b>EPS: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 18 Pr; 2 TP)</b> <b>CTOE: 1 Pelotão (2 Of ; 6 Sar; 37 Pr; 2 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Porto</b>	<b>091120AGO06</b> <b>100840AGO06</b> <b>091300AGO06</b> <b>110020AGO06</b>
<b>07AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1450</b>	RI 19: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 15 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)  <b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>	<b>Braga</b>	<b>091530AGO06</b>
<b>08AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1456</b>	<b>EPA: 2 Pelotões (rendidos em 10, 12e 14) (2 Of ; 2 Sar; 24 Pr; 1 Viat Lig; 3 Viat Med; 1 Viat Pes)</b> <b>RC 3: 1 Pelotão (1 Of ; 1 Sar; 18 Pr; 2 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Évora</b>	<b>141930AGO06</b> <b>142000AGO06</b>
<b>09AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1474</b>	<b>Brig Mec: 3 Pelotões ( UEC - 2 Of ; 5 Sar; 58 Pr; 1 Viat Lig; 8 UNIMOGS)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Évora</b>	<b>141730AGO06</b>
<b>10AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1503</b>	<b>RE 1: (1 Sar; 4 Pr; 1 Maquina de rasto e plataforma)</b> <b>EPE: (1 Sar; 3 Pr; 1 Maquina de rasto e plataforma)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Évora</b>	<b>131730AGO06</b> <b>12AGO06</b>

<b>11AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1509</b>	<b>UALE: 1 Pelotão (3 Of ; 2 Sar; 31 Pr; 1 Viat Lig; 4 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Évora</b>	<b>142000AGO06</b>
<b>09AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1477</b>	RI 14: 2 Pelotões (2 Of ; 4 Sar; 36 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes)  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Guarda</b>	<b>101800AGO06</b> <b>111050AGO06</b>
<b>09AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1487</b>	RI 19: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 15 Pr; 3 Viat Lig; 2 Viat Pes)  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Bragança</b>	<b>111530AGO06</b>
<b>10AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1493</b> <b>FAX Nº 1504</b>	<b>RI 13: 1 Pelotão ( 2 Sar; 20 Pr; 2 Viat Pes)</b> <b>RA 4: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 18 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)</b> <b>ESE: 1 Pelotão (1 Of ; 1 Sar; 16 Pr; 1 Viat Lig; 1Viat TP)</b> <b>EPC: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 18 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Viseu</b>	<b>121710AGO06</b> <b>112300AGO06</b> <b>120400AGO06</b> <b>121930AGO06</b>
<b>11AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1508</b>	<b>RA 4: 1 Pelotão (3 Of ; 6 Sar; 57 Pr; 3 Viat Lig; 3 Viat Pes)</b> <b>EPI: 1 Pelotão (3 Of ; 2 Sar; 31 Pr; 1 Viat Lig; 4 Viat Pes)</b>  (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Leiria</b> <b>(Porto Mós)</b>	<b>131940AGO06</b> <b>122030AGO06</b>

<b>12AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1528</b>	<b>RA 4: 1 Pelotão (2 Of ; 4 Sar; 37 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Leiria</b> <b>(Figueiró dos Vinhos)</b>	<b>141930AGO06</b>
<b>12AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1527</b>	<b>RI 14: 1 Pelotão (rendido 14AGO) (1 Of ; 2 Sar; 16 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Porto</b> <b>(Amarante)</b>	<b>150300AGO06</b>
<b>13AGO06</b>	SNBPC  COFA	<b>FAX Nº 1565 *</b> <b>1568</b> <b>FAX Nº</b> <b>CO001017</b>	<b>Helicóptero ALL II</b>	<b>Braga</b>	<b>16AGO06</b>
<b>23AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1604</b>	<b>EPE: (1 Sar; 3 Pr; 1 Máquina de rasto e plataforma)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Vila Nova da Barquinha</b>	<b>231930AGO06</b>
<b>25AGO06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1627</b>	<b>RI 15: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 18 Pr; 1 Viat Lig; 2 Viat Med)</b> <b>UA/CTA: 1 Pelotão</b> <b>EPE: 1 Pelotão</b> <b>BrigMec: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 18 Pr; 3 Viat Med)</b> (Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)	<b>Proença-a-Nova</b>	<b>272040AGO06</b>  <b>272030AGO06</b>

<b>01SET06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1678</b>	RI 13: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 19 Pr; 3 Viat Med) <b>RI 19: 1 Pelotão (1 Of ; 2 Sar; 15 Pr; 1 Viat Lig; 1 Viat Pes)</b>  <b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>	<b>CARRAZEDA DE ANSIÃES</b>	<b>021900SET06</b>
<b>04SET06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1707</b>	RC 6: 1 Pelotão (2 Of ; 6 Sar; 38 Pr; 2 Viat Lig; 2 Viat Pes) <b>EPS: 1 Pelotão (1 Of ; 3 Sar; 16 Pr; 3 Viat TP)</b> <b>EPT: 2 Pelotões (rendidos em 05) (2 Of ; 3 Sar; 32 Pr; 1 Viat Lig; 4 Viat Pes)</b>  <b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>	<b>TERRAS DO BOURO</b>	<b>062130SET06</b> <b>061730SET06</b> <b>062300SET06</b>
<b>04SET06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 1710</b>	<b>EPE: (1 Sar; 3 Pr; 1 Máquina de rasto e plataforma)</b>  <b>(Operações de Consolidação da extinção e Vigilância activa)</b>	<b>OURÉM</b>	<b>061900SET06</b>

## Anexo D

### Participações do Exército no Plano Vulcano de 2006

## ANEXO D

### PLANO VULCANO 2006 (Acção I - Beneficiação de Infra-estruturas)

Área Designada	N.º de Equipas	Unidade	Extensão dos trabalhos
MN Prazo Santa Marinha – Figueira da Foz	2	RE 1	15 Km
AF Sines	1	RE 1	15 Km
MN Terras da Ordem – Castro Marim	1	RE 1	15 Km
<b>Total</b>	<b>4</b>		45 Km

## ACÇÃO II – COMBATE AO FOGO EM PRIMEIRA INTERVENÇÃO

Área Designada	Equipas	Unidade	Intervenções
Bragança	1	RI 13	9
Boticas	1	RI 19	44
Vieira do Minho	1	RC 6	6
Ponte de Lima	1	EPS	23
Mealhada/Buçaco	1	RI 14	5
Arganil	1	BMI	1
M.N. Urso	1	RA 4	0
Sintra	1	RI 1	0
Sines	1	EPA	4
Tavira	1	RI 3	2
<b>Total</b>	<b>10</b>		<b>94</b>



## Anexo E

### Participações do Exército no Plano Aluvião de 2006

**ANEXO E**  
**Resumo das Intervenções do Exército no Ano de 2006, no âmbito das Missões de Interesse Público**  
**(PLANO ALUVIÃO)**

<b>GDH da solicitação</b>	<b>Entidade que solicitou a colaboração</b>	<b>Documento que formaliza o pedido de colaboração</b>	<b>Meios disponibilizados pelo Exército</b>	<b>Local de Intervenção</b>	<b>GDH da Desmobilização dos Meios</b>
<b>25OUT06</b>	CM TOMAR		RI 15: ( (1 / 3 / 25) ; 1 Viat Lig; 3 Viat Med)	<b>TOMAR</b>	<b>261200OUT06</b>
<b>04NOV06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 2092</b>	RI 15: ((1 / 2 / 22) ; 2 Viat Med)	<b>TOMAR</b>	<b>051500NOV06</b>
<b>24NOV06</b>	CM TOMAR	<b>FAX Nº 63 do RI 15</b>	RI 15: ((1 / 1 / 19) ; 1 Viat Lig; 3 Viat Med)	<b>TOMAR</b>	<b>251230NOV06</b>
<b>25NOV06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 2204</b>	CTOE: ((1 / 3 / 11) ; 1 Viat Pes; 1 Viat Med) <b>RI 13: ((0 / 1 / 9) ; 2 Viat Pes)</b>	<b>PESO da RÉGUA</b>	<b>252300NOV06</b>
<b>25NOV06</b>	OF DIA AM	<b>Telefone</b>	RE 1: ((1 / 1 / 2) ; 1 Pá Carregadora; 1 Retroescavadora) RTransp: (1 Plataforma)	<b>AM – Sede (queda de muro)</b>	<b>252300NOV06</b>
<b>27NOV06</b>	SNBPC	<b>FAX Nº 2208</b>	UALE: ((0 / 1 / 15) ; 1 Viat Pes)	<b>CONSTÂNCIA</b>	<b>301700NOV06</b>
<b>30NOV06 04NOV06</b>	CM CONSTÂNCIA		BRIGMEC: (0 / 1 / 10)	<b>CONSTÂNCIA</b>	<b>07DEC06</b>

## Anexo F

Participações do Exército no Plano Lira de 2007

**ANEXO F**  
**Plano Lira de 2007**

Data do pedido	Doc que solicita		Un empenhada (x)	Meios disponibilizados								Local intervenção	GDH mobiliz meios	GDH desmobiliz meios	Tempo missão (h)	Encargos (€)			km percorridos	OBSERVAÇÕES
	COC/EMGFA	Cmd Op		Pel	Of	Sar	Prç	VL	VM	VP	Ou-tros					Comb Lub	Alimentação	Outros		
21-Jul	19	4325	RE 3			1	3				1	Ovar	211945JUL	212340JUL	4,00	27,42	0,00	0,00	52	1 retroescav+1 plataf
21-Ago	28	4813	RI 3	1	1	3	18	1		2		Mértola	211000AGO	221000AGO	24,00	194,40	0,00	5,00	728	comn 5€
"		4812	RC 3	1	1	3	18			2		"	211100AGO	221300AGO	26,00	285,93	0,00	0,00	954	"
"	29	4845	Brig Mec	3	4	9	49	1	9		5	Mouriscas	211000AGO	230030AGO	38,50	261,67	20,40	47,10	2240	4 atrelados 1500L + 1 tlm
"		4846	EPC	1	1	2	18			1		"	211000AGO	222000AGO	34,00	127,80	213,19	0,00	268	"
"	32	4879	RI 10	1	2	3	20	2	3			Guilhafonso	221400AGO	231500AGO	25,00	368,12	235,00	10,00	2300	Guarda; 1 é Of Lig
"		"	RI 14	1	1	2	15	1		1		"	221000AGO	231100AGO	25,00	119,80	151,47	0,00	548	"
23-Ago	35	4900	RAAA1	2	2	6	40			4		Pernigem	231900AGO	242100AGO	26,00	142,14	0,00	282,12	3103	Lisboa/Sintra (Terrugem)
24-Ago			"	1	1	3	20			2		"	242100AGO	251300AGO	16,00		0,00			263,4€ - peças + 18,72€ - comn
23-Ago		4818	EPI	1	2	4	22	1	1	1		"	232200AGO	242200AGO	24,00	99,58	316,12	0,00	289	1Of é de Lig
"		"	RI1	2	2	6	42			1		"	232030AGO	251130AGO	15,00	26,05	13,60	16,04	106	16,04€ de comn
"		4908	RA4	1	1	3	18			1		"	232330AGO	242300AGO	23,50	223,44	182,60	42,52	392	9,52€ de comn+33€ de transp
"	33, 34	4899	RE 1	1	2	3	18				6	"	232100AGO	242200AGO	25,00	202,35	0,00	180,46	722	2VTL; 1VTG; 1VTM; 1PL; 1TL
"		"	EPE	1		1	3				3	"	232000AGO	242300AGO	27,00	306,19	0,00	760,29	723	1 PL, 1 VTL, 1 TL
7-Set	41	5120	EPC	1	1	1	13		2			Gouveia	070500SET	080100SET	20,00	205,70	0,00	0,00	630	
"		"	UALE	1	1	4	22	1		3		"	070200SET	080030SET	22,50	249,90	20,00	10,00	1600	
"	40	5131	RI 13	1	2	3	23	1	1	1		Cinfães	070540SET	071900SET	13,50	114,16	239,10	29,72	860	1 Of Lig;Peças 22,83€/Comn 6,89€
"		"	RI 14	1	2	2	17	1		1		"	070130SET	080130SET	24,00	640,20	358,48	374,90	570	1 Of Lig/Comn 50,00€+outros svç 324,90€
"		"	CTOE	1	2	3	23	1		2		"	070240SET	072330SET	21,00	190,74	37,80	28,00	640	1 Of Lig; Comn 28,00€
"	42	5132	RI 15	1	2	3	23	2	3			Pombal	070600SET	071800SET	12,00	122,84	246,40	0,00	784	
"		"	RA 4	2	3	6	35	3		2		"	062230SET	071800SET	19,50	306,96	386,55	196,82	638	bens e svç 172,24€ / Comn 24,58€
"	23	5160	RC 6	1	1	3	28	1		1		Terras Bouro	072230SET	082230SET	24,00	124,64	205,50	67,63	318	roupa 47,66€;Peças 9,97€/Comn 10,00€
"		"	RI 13	1	2	3	23	1	1	1		"	072200SET	082100SET	23,00	212,01	517,50	60,19	1069	1 Of Lig;Peças 42,40€/Comn 17,79€
TOTALS			23	27	36	77	511	17	20	26	15				512,5	4552,0	3143,7	2110,8	19534	

## Anexo G

### Participações do Exército no Plano Vulcano de 2007

## ANEXO G

### Plano Vulcano de 2007

Circunscrição Florestal	OCAD	GU/Unidade	Concelho	N.º de Primeiras intervenções	Km percorridos
Norte	Cmd Op	BrigInt/RI19	Boticas/Montalegre	63	18.053
			Boticas/Montalegre		
		BrigInt/RI13	Bragança	37	35.937
			Macedo de Cavaleiros		
			Vila Real (Marão)		
			Mondim de Basto		
		BrigInt/RC6	Vieira do Minho	4	13.258
			Melgaço		
	Cmd Instr Doutr	EPS	Ponte de Lima	19	8.996
		EPT	Arouca	2	9.859
Centro	Cmd Op	BrigMec	Arganil	0	11.660
			Mealhada		
		BrigInt/RA4	Pombal/Marinha Grande	3	11.167
		BrigInt/RI14	Viseu	27	15.891
			Oliveira de Frades		
	BrigRR/RI10	Mira	0	14.204	
	Cmd Instr Doutr	EPC	Proença-a-Nova	0	9.956
Sul	Cmd Op	BrigRR/RI3	Castro Marim/Tavira	1	19.912
	Cmd Instr Doutr	EPA	Sines	6	3.461
		RC3	Castelo de Vide	1	11.881
	TOTAL de Equipas	20		163	184.235

## Anexo H

### Participações do Exército no Plano Aluvião 2007

## ANEXO H

### Plano Aluvião 2007

Data do pedido	Doc que solicita		Un empenhada (x)	Meios disponibilizados								Local intervenção	GDH mobiliz meios	GDH desmobiliz meios	Tempo missão (h)	Encargos (€)			km percorridos	OBSERVAÇÕES
	COC/EMGFA	Cmd Op		Pel	Of	Sar	Prç	VL	VM	VP	Outros					Comb Lub	Alimentação	Outros		
18-Fev		712	RE 1			1	4				5	Pontinha	18-Fev	19-Fev	24,00	153,17		5,00	41	1PL; 1VTL; 1VB; 1GL; 1CD
19-Fev			RTRANSP		1	1	4			4	120					45,60			82	120 Cobertores



## Anexo I

Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Caracho

## **ANEXO I**

### **Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Caracho**

#### **1. Está de acordo que o Exército participe neste tipo de missões? Porquê?**

Sim, porque o Exército é um agente da PC definido na lei e uma mais valia as actividades praticadas na PC, para além de ter condições para o fazer.

#### **2. Acha que esse tipo de missões poderá ser uma mais valia para o Exército? Porquê?**

Sim, pela experiência adquirida com os outros agentes da PC para além de ganhar em termos da imagem junto da população civil

#### **3. Quem é que intervêm na participação do Exército de acordo com o Plano Vulcano?**

Varias unidades do pais, não sei o critério para definir estas unidades, o numero e equipas tem vindo a aumentar, tem a ver com a sua disponibilidade de efectivos para poder participar neste plano.

#### **4. Quem é que determina os meios com que cada unidade vai participar?**

Os pedidos são feitos pela ANPC ao EMFA, o EMFA depois de analisar os pedidos envia aos Ramos, depois dentro do Ramo caso do Exército o pedido é encaminhado para o Comando Operacional, a distribuição dos meios é feita em função do pedido que é feito, nós enviamos aqueles que tivermos disponíveis ou aqueles que for possível enviar e sempre em função daquilo que as unidades tem e que é do nosso conhecimento. As unidades indicam quais os meios que tem de prevenção. Há um relatório inicial onde as unidades nos dizem quais são os meios que tem em função do pedido que é feito é determinado qual a unidade que vai intervir. É de salientar que são as unidades que dizem que meios é que tem ao dispor.

#### **5. Será que as missões de interesse público poderão prejudicar as missões que Portugal desempenha no âmbito da NATO ou da ONU?**

As missões de interesse publico não prejudicam as outras missões porque o pessoal que está afecto a estas missões de interesse publico é pessoal que está em território nacional e nunca se deixa de nomear pessoal para missões no estrangeiro por causa da responsabilidade que o Exercito tem no âmbito da PC.

**6. O Plano LIRA diz que a colaboração do Exército com as Corporações de Bombeiros em operações de rescaldo, de acordo com as normas técnicas em referencia. Quais são essas normas técnicas em referência?**

Não sei

**7. Quando é que foram criados os 3 planos (Lira, Aluvião e Vulcano)?**

Não sei, vem de há vários anos com actualizações

**8. Quantas vezes participou neste tipo de missões?**

Participei uma vez no Plano Lira em Agosto de 2003 durante 3 dias, num incêndio em Silves em que fui Comandante de uma Companhia a 2 Pelotões.

**9. Que funções é que desempenhou?**

Comandante de companhia numa Operação de rescaldo

**10.O vestuário é o adequado para a missão?**

O fardamento, designadamente o uniforme B, decorrente do plano Lira não é o mais adequado. No plano Vulcano deverão começar a distribuir as fardas de material ignífugo, em meados do mês de Agosto, devido à falta de verbas atrasou a distribuição. As unidades tem-se socorrido dos fatos do ano anterior, contudo os elementos não são os mesmos, havendo problemas com os tamanhos, assim como algum material se encontra danificado.

**11.O restante material é adequado a missão (viaturas e utensílios de combate)?**

Decorrente do Plano Lira é adequado para o tipo de missão que tem de executar (rescaldo), com abafadores, pás e enchadas. No plano Vulcano também é adequado pois o material é fornecido pela DGRF. Este ano estão a fazer um protótipo com um Kit de primeira intervenção numa viatura militar. Inicialmente iam-se equipar 20 viaturas iveco 4012 com este kit, mas devido aos custos só se vão equipar 12 e a DGRF disponibiliza 8 com condutor

**12.Os meios que são empregues são suficientes?**

São suficientes para cumprir as missões que lhe estão determinadas

### **13. São utilizados de uma forma eficaz?**

Poderá não ser a mais eficaz pois os militares não tem formação, e como tal, poderão não utilizar os meios da forma mais correcta.

### **14. O material está bem distribuído pelas equipas?**

De acordo com o plano Lira o material é de acordo com o que existe nas unidades. No vulcano é igual para todas as equipas.

### **15. Os meios de transmissão são adequados no âmbito do Plano Lira e Aluvião para:**

#### **a) Transmitir com a unidade a que pertencem?**

A unidade poderá recorrer aos meios militares ou a telemóveis. Os meios de transmissão militares não são muito fidedignos porque a maior parte das vezes não consegue apanhar sinal, ou seja, a distancia é demasiada e o problema das baterias que descarregam facilmente.

#### **b) Para Centro de Operacional de Protecção Civil responsável pela coordenação das operações?**

No plano Lira o Comandante de Pelotão liga-se com o oficial de ligação que está no terreno. No plano Vulcano as equipas ligam-se directamente com o Centro Distrital de Operações e Socorro

#### **c) Entre os agentes que se encontram no terreno?**

Não nos ligamos com os outros agentes, o oficial de ligação liga-se directamente com o Comando Operacional

### **16. O apoio logístico era adequado face às necessidades?**

O apoio logístico varia sempre de situação para situação e depende quer da Unidade que intervêm, quer da entidade apoiada. Em princípio as Unidades dispõem dos meios necessários ao cumprimento da sua missão. Relativamente ao apoio prestado pelas entidades apoiadas nem sempre existe ou é adequado, mas, repito, varia sempre consoante a situação.

**17. A formação que teve desde o tempo de cadete é suficiente, para participar neste tipo de missões, quer como oficial de ligação ao centro de coordenação operacional distrital quer como Comandante de Pelotão?**

Nunca tive qualquer formação nesta área.

**a) Se teve alguma formação nessa área, quanto tempo é que durou?**

**b) Quem foi a unidade ou entidade que ministrou essa instrução?**

**c) Essa formação estava adequada ao tipo de missões que são solicitadas pela protecção civil?**

**18. Qual a informação dada a um Comandante antes de ser empenhado numa operação da Protecção Civil?**

Formação propriamente dita, nenhuma. Normalmente quem vai comandar os meios para o terreno é informado apenas quando o pedido chega à Unidade, e nestas situações o prazo para actuar é de apenas algumas horas, consoante o nível de alerta em vigor. Quanto muito ele poderá ser informado sobre o local para onde vai, qual será a sua missão, a sua cadeia de comando (se aplicável), com quem terá que estabelecer ligação, onde se deverá apresentar, etc. Garantidamente todos os militares nomeáveis para este tipo de missões devem ser conhecedores dos Planos existentes (e em vigor) para operações de apoio à Protecção Civil.

**19. Houve situações em que não sabia que ordens haveria de acatar?**

Não. Quando estive envolvido numa acção de apoio ao combate a um incêndio fui informado da presença no local de um representante do COFT (isto foi em 2003) do qual recebi sempre todas as indicações relativamente ao que tinha de fazer, e com quem estabeleci todos os contactos que necessitei de efectuar durante o período de empenhamento.

**20. As missões em que participou foram decorrentes de que plano(s)?**

Lira

**21. Alguma vez sentiu que os seus homens estavam em perigo?**

Não, sei que houveram situações em que o Comandante de Pelotão não tinha informação sobre a sua conduta num TO e quando lá chegou dão-lhes a missão de apagar fogo. Como acontece que não sabem a missão do Exercito acabam por colocar os homens numa situação de perigo.

**i. Em que situações?**

**22. Estabeleceu sempre contacto com o oficial de ligação?**

Sim

**a. Em que situações?**

Via telemóvel durante todo o período em que estive nessa missão, nas mais variadas situações, como por exemplo para a alimentação e para a missão em si.

**b. Coordenava com o oficial de ligação a execução da missão que tinha de fazer?**

Não me ligava com os outros agentes, somente com o oficial de ligação

**c. Sentiu falta de ligação com os outros agentes?**

Não me ligava com eles

**23. Os seus homens tinham alguma formação?**

Não

**a. A formação foi dada por que unidade ou entidade?**

**b. A formação era adequada ao tipo de missões que eles desempenharam?**

**24. Acha que os homens que pertencem aos outros agentes da protecção civil estão melhores preparados?**

Cada agente está preparado para a tarefa que desenvolve como agente da PC, o INEM participa de acordo com a missão que tem, assim como os bombeiros e o Exército.

**25. Acha que temos evoluído nos últimos anos para dar-mos uma melhor resposta às solicitações que nos são expostas?**

Em termos de cooperação no terreno não entendo que tenhamos evoluído. Evoluímos sim, na evolução dos planos e no encaminhamento dos pelotões.

**26. Está de acordo com a orgânica de um Pelotão no combate aos incêndios? Porquê?**

Desconheço

## Anexo J

Relação dos meios mínimos a aprontar nas fases correspondentes aos níveis de alerta verde, azul, amarelo, laranja no Plano Lira de 2008



## ANEXO J

**Anexo A** (RELAÇÃO DOS **MEIOS MÍNIMOS** A APRONTAR NAS FASES CORRESPONDENTES AOS NÍVEIS DE ALERTA **VERDE, AZUL, AMARELO, LARANJA**) ao Plano de Operações LIRA – EXÉRCITO – 2008

OCAD	MEIOS MÍNIMOS		PRONTIDÃO
	PESSOAL	VIATURAS	
Cmd Op	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forças: 20 pelotões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viaturas para transporte das forças</li> </ul>	<p><b>VERDE:</b> 72 horas</p> <p><b>AZUL:</b> 11 horas</p> <p><b>AMARELO:</b> 5 horas</p> <p><b>LARANJA:</b> 2 horas</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Meios de Engenharia (x4): 1 Sargento 1 Operador EqPesEng 4 Condutores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>4 viaturas ¼ ton</li> <li>3 Plataforma (recebe 1 plataforma do CmdLog)</li> <li>4 Auto-tanque de água</li> <li>4 Pronto-socorro pesados</li> <li>4 Tractor de lagartas</li> </ul>	
Cmd Instr Doutr	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forças: 8 Pelotões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viaturas para transporte das forças</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Meios de Engenharia: 1 Sargento 1 Operador EqPesEng 4 Condutores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 viaturas ¼ ton</li> <li>1 Plataforma</li> <li>1 Auto-tanque de água</li> <li>1 Pronto Socorro Pesado</li> <li>1 Tractor de lagartas</li> </ul>	
Cmd Log	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forças: 4 Pelotões (serão vocacionados para missões específicas de apoio de serviços, transportes e de manutenção)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viaturas pesadas, médias e ligeiras para transporte das forças, de equipamentos e materiais</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>1 Plataforma (destinada prioritariamente a apoiar a BrigMec)</li> </ul>	

NOTA: - Os efectivos para as Secções não devem ser inferiores a 7 militares

- Os efectivos para os Pelotões não devem ser inferiores a 21 militares

## Anexo K

Relação dos meios mínimos a aprontar na fase  
correspondente ao nível de alerta amarelo do Plano  
Aluvião de 2007

## ANEXO K

**Anexo A** (RELAÇÃO DOS MEIOS MINIMOS A APRONTAR NA FASE CORRESPONDENTE AO NÍVEL DE ALERTA **AMARELO**) ao Plano de Operações ALUVIÃO 2007

OCAD	MEIOS			PRONTIDÃO	OBS
	PESSOAL	VIATURAS	OUTROS		
Cmd Op	20 Secções  20 Of. (Ligação)  3 Sarg 3 Operadores 7 Condutores	20 Viat Pes/Med c/guincho para transporte das forças  3 ViatTactLig 2 Plataformas 3 Tractor Lagartas 1 Autotanque Água	Motosserras Motobombas	4 Horas	
Cmd Log	2 Secções  2 Of (Ligação)  3 Condutores	2 Viat Pes/Med c/guincho para transporte das forças  1 Pronto Soc Pes 1 Autotanque Água 1 Plataforma	Motosserras Motobombas	4 Horas	A plataforma destina-se prioritariamente a apoiar a BrigMec
Cmd Instr Doutr	3 Secções  3 Of (Ligação)  1 Sarg 1 Operador 3 Condutores	3 Viat Pes/Med c/guincho para transporte das forças  1 ViatTactLig 1 Plataforma 1 Tractor Lagartas 1 Autotanque Água	Motosserras Motobombas	4 Horas	
	Tripulação 1 Sarg 2 Condutores	2 Viat Pes c/ guincho	2 Barcos Zebro	6 Horas	

NOTA: Os efectivos para as Secções não devem ser inferiores a 7 militares

## Anexo L

Diferentes tipos de zonas de um Teatro de Operações

## **ANEXO L**

### **Diferentes tipos de zonas**

#### **Artigo 17.o**

##### **Sectorização de um teatro de operações**

1—Um teatro de operações organiza-se em sectores a que correspondem zonas geográficas ou funcionais conforme o tipo de acidente e as opções estratégicas consideradas.

2—Cada sector do teatro de operações tem um responsável.

#### **Artigo 18.o**

##### **Delimitação das zonas de intervenção**

1—As zonas de intervenção configuram-se como áreas circulares, de amplitude variável e adaptadas às circunstâncias e à configuração do terreno, podendo compreender zonas de sinistro, zonas de apoio, zonas

de concentração e reserva e zonas de recepção de reforços.

2—As zonas de sinistro e de apoio são constituídas nas áreas consideradas de maior perigo.

3—As zonas de apoio e as zonas de concentração e reserva podem sobrepor-se em caso de necessidade.

#### **Artigo 19.o**

##### **Zona de sinistro**

A zona de sinistro (ZS) é a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram exclusivamente os meios necessários à intervenção directa, sob a responsabilidade exclusiva do posto de comando operacional.

#### **Artigo 20.o**

##### **Zona de apoio**

A zona de apoio (ZA) é uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção ou onde estacionam meios de intervenção para resposta imediata.

#### **Artigo 21.o**

##### **Zona de concentração e reserva**

A zona de concentração e reserva (ZCR) é uma zona do teatro de operações onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata, onde se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar e onde têm lugar as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo posto de comando operacional.

#### **Artigo 22.o**

##### **Zona de recepção de reforços**

A zona de recepção de reforços (ZRR) é uma zona de controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do centro de coordenação de operações distrital da área onde se desenvolve o sinistro, para onde se dirigem os meios de reforço atribuídos pelo CCON antes de atingirem a ZCR no teatro de operações.

## Anexo M

Entrevista concedida pelo Sr. Major Narra

## **ANEXO M**

### **Entrevista concedida pelo Sr. Major Narra**

#### **1. Está de acordo que o Exército participe neste tipo de missões?**

Sim. Não só porque existe legislação que prevê a participação da Forças Armadas, como também porque considero que as tarefas executadas pelo Exército, na componente da protecção Civil, também contribuem para a defesa da riqueza da nossa Pátria.

#### **2. Quantas vezes participou neste tipo de missões?**

Respondo de forma contraditória, mas refiro que foram demasiadas para aquilo que será desejável, em termos da preservação da tal riqueza nacional, e ao mesmo tempo poucas para aquilo que quero aprender nesta área.

#### **3. Que funções é que desempenhou?**

As de Comandante de Companhia em operações de rescaldo, apoio logístico entre a EPT e o Governo Civil do Porto a quando da época de incêndios e em várias reuniões quer na Comissão Distrital de Protecção Civil do distrito do Porto quer no âmbito municipal em Comissões de Defesas da Floresta contra Incêndios, ambas como representante das Forças Armadas.

#### **4. Acha que esse tipo de missões poderá ser uma mais valia para o Exército?**

Sim, sobre vários aspectos de que destaco: somos “guardiães” da Pátria enquanto instituição, logo tudo o que for feito para a manter com os mais elevados padrões a todos os níveis é “ganho”. Somos cidadãos de direito e como tal também gostamos de dar o nosso contributo pessoal para o bem estar de todos e por fim mas não menos importante tem a ver com a sociedade civil e a seu comportamento, uma vez que está “com os olhos postos na sua tropa” e a credibilidade sera tanto maior quanto maior for a percepção da população de que o Exército está com ela.

#### **5. Que tipos de meios que cada homem usa no combate aos incêndios?**

Pelo que tenho conhecimento, em termos de fardamento individual, os meios que são utilizados é o que é utilizado no dia-a-dia da actividade normal de uma unidade, isto é fardamento nº3 e uniforme B, excepto o pessoal empenhado no Plano Vulcano que é detentor de um tipo fato de

macaco. Quanto a outros meios resume-se a material sapador e com isto falo fundamentalmente em pás, picaretas e abafadores.

#### **6. O vestuário é o adequado para a missão?**

Está muito dependente da tarefa que os militares têm que executar, se para umas creio estar adequado, como por exemplo, acções de patrulhamento, já não será tanto indicado para operações de rescaldo, por exemplo.

#### **7. O restante material é adequado a missão (viaturas e utensílios de combate)?**

As viaturas que possuímos são das melhores, pois tratam-se de viaturas tácticas e que têm grandes potencialidades em termos de todo-o-terreno. Quanto ao material individual e colectivo, creio que podemos melhorar muito. Destaco em termos individuais as ferramentas de sapador não só as mais actuais como também mais adequadas em quantidade e qualidade, por exemplo o tamanho das pás, as picaretas, não existem extintores dorsais. Em termos colectivos não possuo conhecimento da sua existência, mas fundamental, do meu ponto de vista é por exemplo a existência de um depósito de água, transportado pela viatura, com uma capacidade a rondar 1m<sup>3</sup> e que se destina a permitir não só o desenrolar das tarefas de rescaldo, como é um elemento que permite fazer face a qualquer situação de contingência em termos de segurança da força, designadamente a de ficar cercado pelo fogo.

#### **8. Os meios que são empregues são suficientes?**

Mais uma vez duas versões, uma de que todos os meios são poucos e quanto mais melhor. Por outro lado, do pouco que vi, em determinadas situações os meios presentes em operações são subaproveitados, ou por desconhecimento em termos de utilização por quem deles faz uso, ou simplesmente porque não é definido com a necessária precisão qual o momento ideal da sua utilização e como tal pode-se criar a ideia que são meios “a mais”.

#### **9. São utilizados de uma forma eficaz?**

São eficazes, na medida que lá vão cumprindo a missão, agora o que importa é a eficiência, isto no seguimento da pergunta anterior. Nesta vertente considero que o Exército pode melhorar um bom bocado, de qualquer forma também tenho que ressaltar que muitos aspectos estão em mudança.



## **10. O material está bem distribuído pelas equipas?**

É uma área que não temos formação para avaliar, isto porque tem que se saber avaliar a cada situação a qualquer momento. Do meu ponto de vista é a componente da formação a maior lacuna do Exército em termos das formas de colaboração para as Forças Armadas, plasmadas na Lei 27/2006 de 03Jul.

É ministrada formação aos militares que participam em operações do Plano Vulcano, mas não tenho conhecimento se a mesma é a mais adequada, quer em duração, quer em conteúdos, as missões que vão desempenhar e qual é o nível de controlo que a instituição tem sobre essa mesma formação.

## **11. Os meios de transmissão são adequados no âmbito do Plano Lira e Aluvião para:**

### **a) Transmitir com a unidade a que pertencem?**

O Exército possui meios de comunicações tácticos para HF e VHF. Se todas as unidades os possuem, ou pelo menos em condições operacionais que permitam satisfazer os requisitos da missão, é outro assunto. Trata-se de material que se encontra em fim de vida, pelo que as suas capacidades estão muitas vezes limitadas. Como consequência, tem-se assistido à utilização intensiva do telemóvel em substituição das comunicações tácticas militares, mas atenção, estes meios ditos civis podem não estar disponíveis no local e altura que deles venhamos a necessitar.

O novo rádio táctico P/PRC 525, que se encontra em fase de distribuição ao Exército, possui variadíssimas valências, das quais destaco a interoperabilidade com os equipamentos que os restantes agentes de protecção civil utilizam em operações. Este facto trará sem dúvida uma melhoria significativa em termos do Comando e Controlo.

### **b) Para Centro de Operacional de Protecção Civil responsável pela coordenação das operações?**

Até os P/PRC 525 estarem distribuídos a todas as unidades que participam neste tipo de operação, a ligação aos centros operacionais é feita por equipamentos distribuídos pela protecção civil ou via telemóvel.

### **c) Entre os agentes que se encontram no terreno?**

Com os agentes não faz grande sentido, isto porque a coordenação entre esses agentes é efectuada a níveis superiores, designadamente nos postos de comando que a protecção civil instala no local das operações, sendo depois difundidas para os escalões inferiores pelos meios próprios de cada agente.

## **12. O apoio logístico era adequado face às necessidades?**

O apoio logístico por si é sempre complexo, em termos da protecção civil o problema atenua-se um pouco, em virtude das equipas militares permanecerem no teatro de operações por um período de 24 horas, sendo então rendidas. Sempre que se processa uma rendição a unidade que vai render é portadora da sua dotação logística, isto traduz-se não só em termos de material sapador, como também na questão dos viveres.

## **27. A formação que teve desde o tempo de cadete é suficiente, para participar neste tipo de missões, quer como oficial de ligação ao centro de operações da protecção civil, como Comandante de Pelotão?**

Como já referi anteriormente, a formação é, do meu ponto de vista, a maior lacuna do Exército para este tipo de missões. Quanto a vertente pessoal, tenho tentado adquirir alguns conhecimentos para poder cumprir da melhor forma as missões que me são confiadas. Digamos que é um hobbie que tenho.

### **a) Se teve alguma formação nessa área, quanto tempo é que durou?**

Em termos de formação, frequentei uma pós-graduação em gestão de protecção e socorro e efectuei um estágio no Centro de Previsão e Prevenção de Cheias do Douro, para complementar a minha formação na pós-graduação, por considerar não ter sido uma temática abordada de acordo com a importância que lhe reconheço.

### **b) Quem foi a unidade ou entidade que ministrou essa instrução?**

A pós-graduação foi efectuada na Universidade Lusófona e o estágio foi na Capitania do Porto do Rio Douro, que pertence à Marinha.

### **c) Essa formação estava adequada com o tipo de missões que são solicitadas pela protecção civil**

Considero um erro quando se espera que por se ter tido formação a preparação para o desempenho é um facto. Vejo a formação como um conjunto de ferramentas para se atingir determinado fim. O segredo, se assim lhe posso chamar, está na capacidade de individual de utilização dessas ferramentas para atingir um fim. Quero eu dizer que a formação que frequentei deu-me um conjunto de ferramentas que tenho procurado colocar ao serviço das tarefas que me têm sido incumbidas, é no fundo um pouco de vontade de aperfeiçoar determinado desempenho.

**28. Qual a informação dada a um Comandante antes de ser empenhado numa operação da Protecção Civil?**

A mim foi o que constava no Plano Lira, o local e pessoa ou entidade para me dirigir, a outros camaradas com quem tenho trocado algumas impressões sobre esta temática, fico com a sensação que também não foi fornecida muito mais informação para além daquela que referi.

**29. As missões em que participou foram decorrentes de que plano(s)?**

Sim. Plano Lira

**30. Houve situações que não sabia que ordens haveria de acatar?**

Felizmente não passei por situações dessa natureza pois já tinha conhecimento de que só recebia ordens do meu escalão hierárquico e só essas é que eram para cumprir.

**31. Alguma vez sentiu que os seus homens estavam em perigo?**

Tenho tido a sorte de não ter passado por uma situação dessa natureza. Creio que deve ser das piores situações que um comandante passa.

**i. Em que situações?**

**32. Estabeleceu sempre contacto com o oficial de ligação?**

A questão dos Oficiais de ligação carece, mais uma vez do meu ponto de vista, de uma abordagem mais “atenta” pois é um elo da cadeia com uma importância vital no processo. Sempre que estive empenhado como Comandante de uma força, também desempenhei o papel de oficial de ligação junto do posto de comando da protecção civil. No fundo fazia os dois papeis, coordenava por um lado e dava ordens e directrizes aos meus militares, por outro.

**a. Em que situações?**

**b. Coordenava com o oficial de ligação a execução da missão que tinha de fazer?**

**c. Sentiu falta de ligação com os outros agentes?**

Sempre tive algumas dificuldades em operações de rescaldo, isto porque torna-se necessário a presença de uma equipa de bombeiro e respectivo meio de água, junto das equipas militares, por

razões que relembro passam pela inexistência de um depósito de água nas nossas viaturas tácticas, para fazer face a alguma eventualidade. De qualquer modo lá fui conseguindo gerir a “crise”

### **33. Os seus homens tinham alguma formação?**

Foi ministrada uma formação, de índole teórica, na EPT com incidência em incêndios florestais em que se procurou dar uma perspectiva do comportamento do fogo, uma série de regras de segurança a observar e procedimentos correctos a executar.

#### **a. A formação foi dada por que unidade ou entidade?**

Tratou-se de uma iniciativa minha que tive a felicidade de ser muito bem acolhida por parte do Comandante da EPT dessa altura.

#### **b. A formação era adequada ao tipo de missões que eles desempenharam?**

Pelo conhecimento que tenho vindo a adquirir e por algumas trocas de impressões com camadas que me quiseram honrar com a sua presença nessa formação, faço um balanço bastante bom da utilidade dos conhecimentos que partilhei com outros camaradas

### **34. Acha que os homens que pertencem aos outros agentes da protecção civil estão melhores preparados?**

De um modo geral não tenho reparado em lacunas de grande monta, também costumo referir que o “core business” de um bombeiro é apagar fogos. Quanto aos militares e falo pelo que observei, não possuímos uma preparação adequada para as tarefas que nos são atribuídas. Quando estive nesse “papel” tentei dar uma preparação possível, designadamente na área de operações, em que lembrava muitos dos cuidados e aspectos de segurança a ter em conta. Tenho tido a sorte pelo meu lado, pois tudo tem corrido bem, até hoje...

### **35. Acha que temos evoluído nos últimos anos para dar-mos uma melhor resposta às solicitações que nos são expostas?**

Sim, nomeadamente no pessoal empenhado no Plano Vulcano, que já recebe formação ministrada pela Direcção Geral de Recursos Florestais. Torna-se necessário mais algumas melhorias das quais destaco duas: a expansão da formação a todos os militares susceptíveis de serem empenhados nestas missões e o controlo efectivo, por parte do Exército, da formação ministrada nessa vertente.

### **36. Em que tipo incêndios participa o Exército?**

Que eu tenha conhecimento, apenas nos incêndios florestais.

## Anexo N

Quadro das equipas distribuídas pelo País de acordo  
com o Plano Vulcano

## ANEXO N

### Quadro das equipas distribuídas pelo País de acordo com o Plano Vulcano

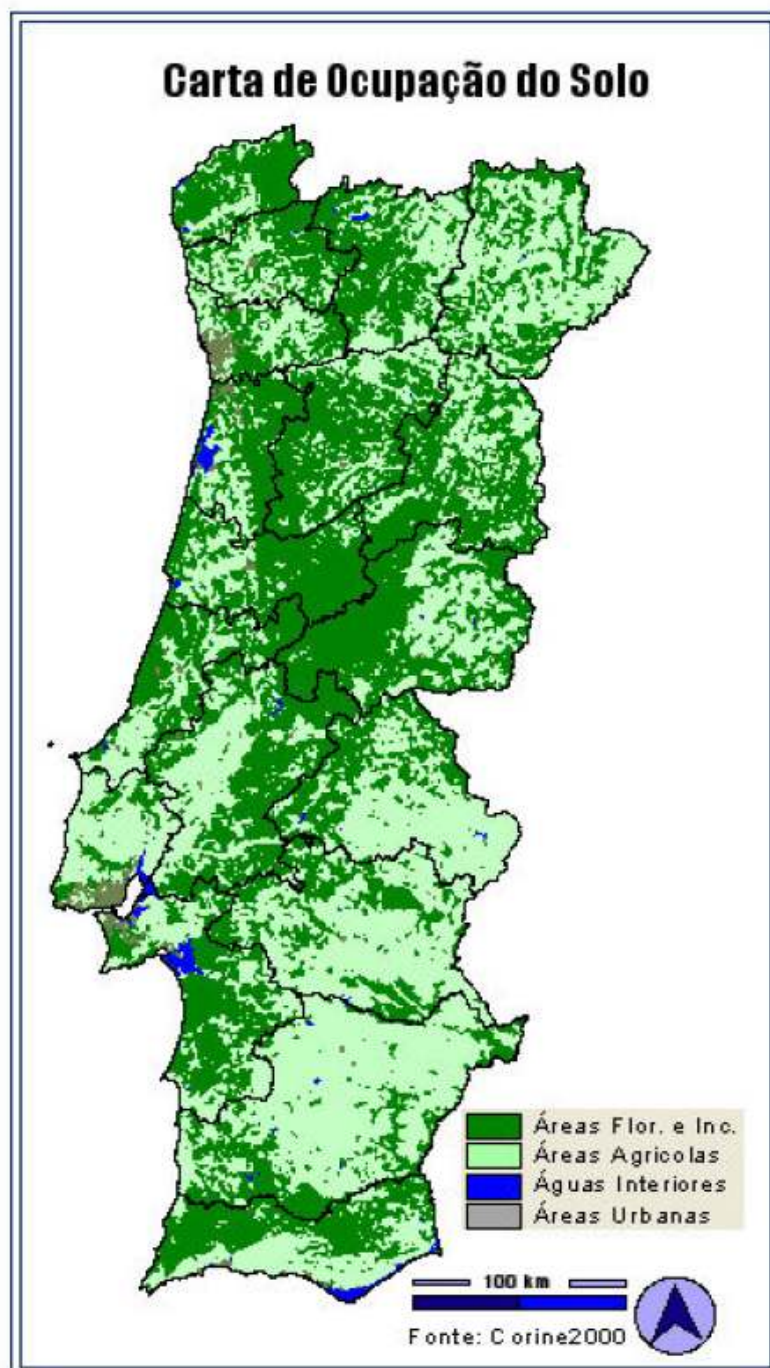
Circunscrição Florestal	Unidade Militar	Local de aquartelamento	Concelho
Norte	RI19	Alto do Fontão	Montalegre/Boticas
	RI13	Vilarinho de Cova de Lua	Bragança
	RC6	Vieira do Minho	Vieira do Minho
	RC6	Castro Laboreiro	Melgaço
	RI13	Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros
	RI13	Marão	Vila Real
	RI13	Viveiro de Paradança	Mondim de Basto
	RI19	Alto do Padrão	Boticas/Montalegre
	EPS	Labruja	Ponte de Lima
	EPT	Serra da Freita	Arouca
Centro	BrigMec	Selada das Eiras	Arganil
	RA4	Guarda do Norte	Pombal/Marinha Grande
	BrigMec	Buçaco	Mealhada
	RI14	Serra do Crasto	Viseu
	RI14	Pedra da Broa	Oliveira de Frades
	EPC	Proença-a-Nova	Proença-a-Nova
	RI10	Mira	Mira
Sul	EPA	Sines	Sines
	RI1	Regimento de Infantaria 1 Tavira	Castro Marim/Tavira
	RI3	Regimento de Infantaria 3 Beja	Moura/Mértola

## Anexo O

Carta de ocupação do solo nas suas diferentes áreas

## ANEXO O

Anexo C (Carta de Ocupação do Solo) à Directiva Operacional Nacion  
Nº 02/2007





## Anexo P

Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Magrinho

## **ANEXO P**

### **Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Magrinho**

#### **1. Quais são as alterações que vão ocorrer nas unidades que participam no plano Lira?**

Basicamente as Unidades do CID, leia-se Escolas Práticas que não possuem encargo operacional da FOPE, ficarão numa segunda linha, não estando permanentemente de prevenção. Ao grau de prontidão associado ao nível de alerta soma-se-lhe 48 horas, sendo que as mesmas só serão empregues num clima de esgotamento da FOPE, ou seja, em situação extrema. A Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP) também está contemplada nesta alteração, embora dependa da BRR/Cmd Op.

Ficam de fora deste esquema a EPE, EPS, EPT e RC3, porque como referido estas possuem encargos operacionais.

#### **2. Acha que essas alterações terão efeito numa nova redistribuição das unidades ao serem empenhadas, por exemplo no emprego de unidades, na área de actuação da EPA?**

Não haverá redistribuição de áreas, conforme a localização da área onde nos é solicitado o apoio, recorreremos à unidade mais próxima e/ou que não esteja empenhada ou mesmo mais folgada. No exemplo citado seriam empregues, o

DGME, ou RI3, ou RMan, ou Brig Mec, em ultimo caso a própria EPA.

#### **3. Ao ocorrerem essas alterações haverá necessidade de alterar a área de actuação de cada unidade?**

Como referido anteriormente não haverá alterações às áreas preferenciais de actuação das Unidades. Estas áreas baseiam-se no despacho 234/CEME/06 e não se esgotam única e exclusivamente na problemática dos planos LIRA ou ALUVIÃO.

Independentemente destes planos as Unidades mantém responsabilidade de apoio de área, conforme o despacho supra referido.

#### **4. Concorda com o actual traçado sobre a área de actuação de cada unidade? Como por exemplo a área de Vila Real, Viseu e a de Castelo Branco que são áreas com um maior risco que as restantes?**

Há efectivamente áreas de responsabilidade muito vastas, mas não se pode restringir esta análise de forma tão redutora. Vejamos então a área preferencial de emprego para o RI3, embora muito vastas, fruto de uma configuração do terreno pouco acidentado e das características da área florestal (mais dispersa) regista normalmente pouca ocorrências e por inerência poucos pedidos de

apoio por parte da ANPC ao Exército. No lado oposto temos por exemplo o RI14, cujo a área é também muito vasta, mas fruto

do relevo e características da floresta, normalmente esta é fustigada por violentos incêndios que culminam com um numero considerável de apoio do Exército às operações de consolidação e rescaldo dos incêndios florestais.

Respondendo concretamente à questão, julgo ser conveniente, com base no histórico das intervenções perpetuadas até ao momento, proceder a pequenos reajustes nas áreas em apreço.

**5. A distribuição da área de actuação de cada unidade no Plano Aluvião é igual ao Plano Lira?**

Sim, exactamente iguais

**6. Quando entrar em vigor o Plano Aluvião, essas unidades que não tem encargo operacional continuarão como reserva?**

Não estou habilitado a responder a essa questão, uma vez que a análise e elaboração deste tipo de plano é da responsabilidade da Rep Eng deste Cmd. O Núcleo Permanente limita-se a aplicar, gerir e controlar o emprego dos meios no terreno.

Contudo o nosso empenhamento a nível de Aluvião reduz-se a níveis quase insignificantes quando comparados com o plano LIRA (02 apoios no ano 2007/2008), pelo que julgo não haver a necessidade de retirar essas Unidades para segunda linha novamente.

## Anexo Q

Responsabilidade de apoio de área das U/E/O do Exército

## ANEXO Q

### Anexo A - ( RESPONSABILIDADE DE APOIO DE ÁREA DAS U/E/O DO EXÉRCITO ) ao Despacho nº 234 / CEME / 2006

#### 1. ORDENAÇÃO POR U/E/O

U/E/O		CONCELHO	DISTRITO
Designação	Localização		
<b>CME</b>	Paço de Arcos	Oeiras	Lisboa
<b>CTOE</b>	Lamego	Meda	Guarda
		Vila Nova de Foz Côa	
		Mesão Frio	
		Peso da Régua	Vila Real
		Armamar	
		Castro Daire	Viseu
		Cinfães	
		Lamego	
		Moimenta da Beira	
		Penedono	
		Resende	
		São João da Pesqueira	
		Sernancelhe	
		Tabuaço	
		Tarouca	
		Vila Nova de Paiva	
<b>DGME</b>	Benavente	Benavente	Santarém
		Salvaterra de Magos	Setúbal
		Alcochete	
		Almada	
		Barreiro	
		Moita	
		Montijo	
		Palmela	
		Seixal	
		Sesimbra	
<b>EPA</b>	Vendas Novas	Setúbal	
		Montemor-o-Novo	Évora
		Mora	
		Vendas Novas	
		Coruche	Santarém
		Alcácer do Sal	Setúbal
		Grândola	
		Santiago do Cacém	
<b>EPC</b>	Abrantes	Sines	Castelo Branco
		Belmonte	
		Castelo Branco	
		Covilhã	
		Fundão	
		Idanha-a-Nova	
		Oleiros	
		Penamacor	
		Proença-a-Nova	
		Sertã	
		Vila de Rei	
		Vila Velha de Rodão	
		Abrantes	Santarém
		Constância	
		Mação	
		Sardoal	
<b>EPE</b>	Tancos	Alcanena	Santarém
		Torres Novas	
		Vila Nova da Barquinha	

U/E/O		CONCELHO	DISTRITO
Designação	Localização		
EPI	Mafra	Cadaval	Lisboa
		Lourinhã	
		Mafra	
		Sobral de Monte Agraço	
		Torres Vedras	
EPS	Póvoa do Varzim	Barcelos	Braga
		Esposende	
		Vila Nova de Famalicão	
		Póvoa de Varzim	Porto
		Vila do Conde	
EPT	Porto	Viana do Castelo	Viana do Castelo
		Maia	Porto
		Matosinhos	
		Porto	
		Santo Tirso	
		Trofa	
ESE	Caldas da Rainha	Alcobaça	Leiria
		Bombarral	
		Caldas da Rainha	
		Nazaré	
		Óbidos	
Regimento Manutenção	Entroncamento	Peniche	Santarém
		Rio Maior	
		Almeirim	
		Alpiarça	
		Cartaxo	
Regimento Transportes	Lisboa	Chamusca	Santarém
		Entroncamento	
		Golegã	
		Santarém	
		Alenquer	Lisboa
RA 4	Leiria	Arruda dos Vinhos	
		Azambuja	
		Lisboa	
		Loures	
		Vila Franca de Xira	
RA 5	Vila Nova de Gaia	Coimbra	Coimbra
		Condeixa-a-Nova	
		Figueira da Foz	
		Góis	
		Lousã	
		Miranda do Corvo	Leiria
		Montemor-o-Velho	
		Sores	
		Vila Nova de Poiares	
		Batalha	
		Leiria	Porto
		Marinha Grande	
		Pombal	
		Porto de Mós	
		Baião	
		Felgueiras	
		Gondomar	
		Lousada	
		Marco de Canaveses	
		Paços de Ferreira	
		Paredes	
		Penafiel	
		Valongo	
		Vila Nova de Gaia	

U/E/O		CONCELHO	DISTRITO
Designação	Localização		
RAAA 1	Queluz	Amadora	Lisboa
		Cascais	
		Sintra	
RC 3	Estremoz	Alandroal	Évora
		Arraiolos	
		Borba	
		Estremoz	
		Évora	
		Mourão	
		Portel	
		Redondo	
		Reguengos de Monsaraz	
		Viana do Alentejo	
		Vila Viçosa	
		Alter do Chão	Portalegre
		Arronches	
		Avis	
		Campo Maior	
		Castelo de Vide	
		Crato	
		Elvas	
		Fronteira	
		Gavião	
		Marvão	
		Monforte	
		Nisa	
		Ponte de Sôr	
		Portalegre	
		Sousel	
RC 6	Braga	Amares	Braga
		Braga	
		Cabeceiras de Basto	
		Celorico de Basto	
		Fafe	
		Guimarães	
		Póvoa de Lanhoso	
		Terras de Bouro	
		Vieira do Minho	
		Vila Verde	
		Vizela	Viana do Castelo
		Arcos de Valdevez	
		Caminha	
		Melgaço	
		Monção	
		Paredes de Coura	
		Ponte da Barca	
		Ponte de Lima	
		Valença	
		Vila Nova de Cerveira	
RE 1	Pontinha	Odivelas	Lisboa
RE 3	Espinho	Arouca	Aveiro
		Castelo de Paiva	
		Espinho	
		Estarreja	
		Oliveira de Azeméis	
		Ovar	
		Santa Maria da Feira	
		São João da Madeira	
		Vale de Cambra	

U/E/O		CONCELHO	DISTRITO
Designação	Localização		
RI 3	Beja	Aljustrel	Beja
		Almodôvar	
		Alvito	
		Barrancos	
		Beja	
		Castro Verde	
		Cuba	
		Ferreira do Alentejo	
		Mértola	
		Moura	
		Odemira	
		Ourique	
		Serpa	
		Vidigueira	
		Albufeira	Faro
		Alcoutim	
		Aljezur	
		Castro Marim	
		Faro	
		Lagoa	
		Lagos	
		Loulé	
		Monchique	
		Olhão	
		Portimão	
		São Brás de Alportel	
		Silves	
		Tavira	
		Vila do Bispo	
		Vila Real de Santo António	
RI 10	Aveiro	Águeda	Aveiro
		Albergaria-a-Velha	
		Anadia	
		Aveiro	
		Ílhavo	
		Mealhada	
		Murtosa	
		Oliveira do Bairro	
		Sever do Vouga	
		Vagos	
		Cantanhede	Coimbra
		Mira	
RI 13	Vila Real	Alfândega da Fé	Bragança
		Carrazeda de Ansiães	
		Freixo de Espada à Cinta	
		Torre de Moncorvo	
		Vila Flor	Porto
		Amarante	
		Alijó	Vila Real
		Mondim de Basto	
		Murça	
		Ribeira de Pena	
		Sabrosa	
		Santa Marta de Penaguião	
		Vila Pouca de Aguiar	
		Vila Real	



U/E/O		CONCELHO	DISTRITO
Designação	Localização		
RI 14	Viseu	Arganil	Coimbra
		Oliveira do Hospital	
		Pampilhosa da Serra	
		Penacova	
		Tábua	
		Aguiar da Beira	Guarda
		Almeida	
		Celorico da Beira	
		Figueira de Castelo Rodrigo	
		Fornos de Algodres	
		Gouveia	
		Guarda	
		Manteigas	
		Pinhel	
		Sabugal	
		Seia	
		Trancoso	
		Carregal do Sal	Viseu
		Mangualde	
		Mortágua	
		Nelas	
		Oliveira de Frades	
		Penalva do Castelo	
		Santa Comba Dão	
		São Pedro do Sul	
		Sátão	
		Tondela	
		Viseu	
		Vouzela	
RI 15	Tomar	Penela	Coimbra
		Alvaiázere	Leiria
		Ansião	
		Castanheira de Pêra	
		Figueiró dos Vinhos	
		Pedrogão Grande	
		Ferreira do Zêzere	Santarém
		Ourém	
		Tomar	
RI 19	Chaves	Bragança	Bragança
		Macedo de Cavaleiros	
		Miranda do Douro	
		Mirandela	
		Mogadouro	
		Vimioso	
		Vinhais	
		Boticas	Vila Real
		Chaves	
		Montalegre	
		Valpaços	

U/E/O		CONCELHO	REGIÃO
Designação	Localização		
RG 1	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Região Autónoma dos Açores
		Calheta	
		Horta	
		Lajes das Flores	
		Lajes do Pico	
		Madalena	
		Praia da Vitória	
		Santa Cruz da Graciosa	
		Santa Cruz das Flores	
		São Roque do Pico	
		Velas	
		Vila do Corvo	
RG 2	Ponta Delgada	Lagoa	
		Nordeste	
		Ponta Delgada	
		Povoação	
		Ribeira Grande	
		Vila do Porto	
		Vila Franca do Campo	
RG 3	Funchal	Calheta (Madeira)	Região Autónoma da Madeira
		Câmara de Lobos	
		Funchal	
		Machico	
		Ponta do Sol	
		Porto Moniz	
		Porto Santo	
		Ribeira Brava	
		Santa Cruz	
		Santana	
		São Vicente	

## Anexo R

Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Sousa

## **ANEXO R**

### **Entrevista concedida pelo Sr. Capitão Sousa**

#### **1. Acha que o número de horas dadas sobre essa temática é suficiente? Porquê?**

No âmbito dos cursos ministrados na Academia Militar, a vertente do Ambiente é revelada através da cadeira de Protecção Ambiental. Esta cadeira é ministrada de forma geral ao 2º e ao 4º Ano dos cursos. Para o 2º Ano estão reservadas 6 horas anuais e para o 4º Ano 2 horas também anuais. Ambos os cursos têm esta temática durante o 2º Semestre do Ano Lectivo. O propósito da cadeira de Protecção Ambiental é o de habilitar os Alunos da Academia Militar com os principais conceitos e terminologia ambiental.

Acessoriamente os alunos dos diversos anos têm a ACE de Ambiente, na qual promovem os conhecimentos adquiridos neste âmbito. Resumidamente apesar de ocorrer uma certa habilitação, os Alunos ainda estão um pouco “distantes” das preocupações que as questões ambientais colocam. E, sim, penso que o número de horas é bastante insuficiente para se criar um novo estado de espírito e uma nova percepção para esta realidade.

**2. Pensa que se deveriam introduzir novas matérias, ou substituir algumas das existentes por outras matérias novas no programa como por exemplo legislação ou tática no combate aos incêndios, ou seja, matérias que se enquadram mais com as missões que os cadetes do Exército e da GNR vão desencadear no futuro, quer seja como oficial de ligação ou como Comandante de Pelotão? Quais é que introduzia se o módulo relativo ao ambiente fosse alterado?**

É um pouco difícil responder a essa questão, uma vez que temos que entender bastante o objectivo e o conceito da formação adequado à classe instruenda. Estamos a falar de um pelotão de Praças, ou de Sargentos? Estamos a falar para Oficiais? Ou para alguém com conhecimentos de base superiores? A distinção é necessária pois assim poderemos adequar o programa a cada uma das classes a que nos estamos a dirigir.

Em comum, é essencial associarmos a vertente prática, isto é, no terreno, referindo aquilo que se pode e aquilo que não se pode fazer. Talvez um módulo nos cursos onde acessoriamente e em complemento à formação ambiental, se poderia exemplificar no campo a fim de se corrigir comportamentos errados.

**3. Esse tipo de instruções dadas aos Cadetes serão importantes para as missões que eles irão desencadear no futuro como oficiais de ligação ou como Comandantes de Pelotão no combate a um incêndio?**

Penso que sim, embora um incêndio tem muito mais do que se diga do que aquilo que nós pensamos. Ou seja, é essencial ter a consciência da missão a desempenhar e neste caso, incêndios, saber que tipo de combustível existe e a suas reais capacidades de gerarem um incêndio.

Acima de tudo, um Comandante deve conhecer minimamente a fauna e a flora da área onde se encontra a operar.

**4. Acha que deveria existir formação para ministrar esse tipo de instruções?**

Por aquilo que foi referido anteriormente, julgo que sim.

**5. Teve algum tipo de formação para ministrar esse tipo de instruções? Qual?**

**a) A formação durou quanto tempo?**

**b) A formação foi dada por que entidade?**

Não possuo qualquer tipo de formação, mas como Comandante de Destacamento Territorial da GNR tinha ao meu dispor as Equipas de Protecção da Natureza (EPNA), o que me obrigava a estar permanentemente actualizado em termos de toda a legislação ambiental e de forma a actuar com repressão em situações ilícitas, tivessem sido elas crime ou contra-ordenação.

## Anexo S

Solicitação de colaboração de acordo com o apoio  
programado

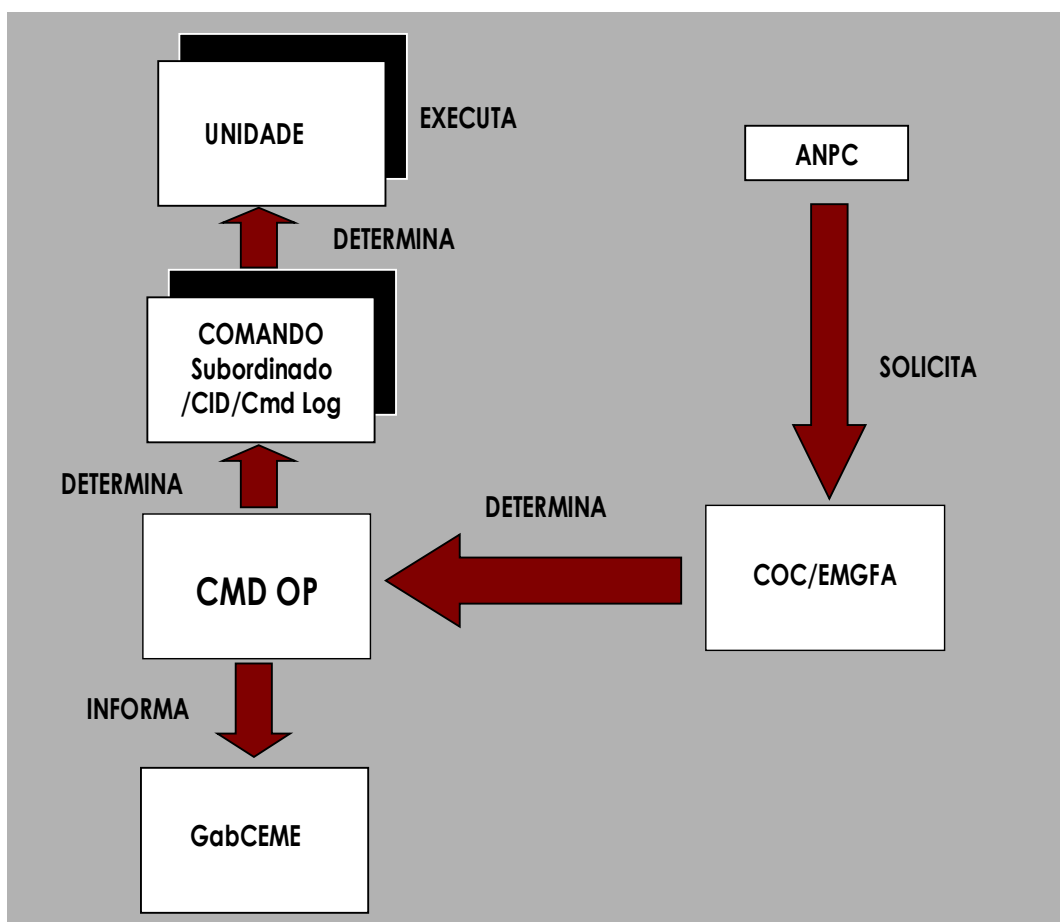
## ANEXO S

# Outras Missões de Interesse Público

## No âmbito da Protecção Civil



### TRÂMITES – CASOS GERAIS



## Anexo T

Solicitação de colaboração em caso de manifesta  
urgência



# Outras Missões de Interesse Público

## No âmbito da Protecção Civil



### TRÂMITES – CASOS DE MANIFESTA URGÊNCIA

